



INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Universidade Técnica de Lisboa



ENVOLVIMENTO MULTIFACETADO DA CHINA EM ANGOLA

Hugo André Pires Miranda Morais

Orientação: Prof. Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva

MESTRADO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL

Presidente: Doutor Manuel Duarte Mendes Monteiro Laranja, professor associado com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, professor associado com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Fevereiro/ 2011

EPÍGRAFE

*A estratégia sem tática é o caminho mais lento para a vitória. Tática sem estratégia é o
rumo antes da derrota*
(Sun Tzu¹)

¹ Estratega militar chinês que viveu entre 544 e 496 A.C.

AGRADECIMENTOS

O esforço aplicado na elaboração desta dissertação teria sido de dificuldade acrescida, se não fosse a colaboração de um conjunto de pessoas. Assim, não poderia deixar de manifestar o meu profundo agradecimento ao meu orientador Professor Joaquim Ramos Silva, Doutora Fátima Azevedo e à minha família, em especial à minha mãe (Maria Morais) e namorada (Débora Pires). Dedico este trabalho à memória do meu pai, que me ensinou o rigor de pensar, estudar e valorizar o ensino.

RESUMO

Depois de três décadas de crescimento económico, uma acelerada urbanização e mudanças nos padrões de consumo a China trocou a posição de maior exportador de petróleo do Leste Asiático (1980) para o de terceiro maior importador mundial, atrás dos Estados Unidos e do Japão. Esta mudança altera a forma como a China se relaciona com os outros países. Desde o Governo de Deng Xiaoping (depois de 1970s) que a sua política externa passou a ficar subordinada à estratégia de desenvolvimento do país.

A natureza do envolvimento chinês em África aglomera uma multiplicidade de interesses e interliga várias considerações táticas e estratégicas. A coligação de investimentos em diferentes sectores permitiu o acesso a um conjunto de oportunidades, antes do conhecimento público de outros actores. Como resultado, existem países a expressar ansiedade e preocupação com a escala de actividades da China no continente africano. Esta situação torna-se mais evidente em Angola, onde existe um longo historial de interligação de redes de relacionamento. A complexidade e o crescimento acelerado da relação originaram análises muito enfatizadas em aspectos sectoriais. Uma indagação mais abrangente e profunda proporcionará a compreensão necessária para avaliar diversas abordagens.

Contudo, a prioridade chinesa é o petróleo, mas as construtoras são a face da internacionalização da China em Angola. As suas operações privilegiam a cedência de empréstimos em contrapartida do acesso a recursos energéticos. Existem indícios que estão de acordo com as motivações chinesas, mas as implicações económicas e sociais para Angola são muito diversificadas, não existindo uma avaliação unânime. A identificação dos principais parâmetros desta discórdia é outro dos assuntos elaborados ao longo da dissertação.

ABSTRACT

After, thirty years of high economic growth, an increase of housing and changes on consumption patterns led the People's Republic of China to switch places from the largest oil exporter in East Asia (1980) to the world third largest imported, after the United States and Japan. These changes the way China engages with other countries. However, since Deng Xiaoping (late 1970s), China's foreign policy became directly subordinated to the country's strategic development.

The nature of China's involvement in Africa congregates many interests and connects several strategic and tactical considerations. The investment coalition in several sectors enabled the access to a set of opportunities just before the public knowledge of other players. Thus, many countries are expressing their concern on the large number of Chinese activities going on in Africa. This situation is quite perceptible in Angola, where there is a long historical network of relations between both countries. The complexity economic and the growing size of this relationship led us to a detailed analysis in several sectors. Further research will provide the knowledge required to evaluate different approaches.

Although, China's main concern is oil, yet construction companies are the face of the Chinese internationalization in Angola. Their business relation is based on the transfer of loans and in return the access of energy resources. It is possible to recognize China's motivations, nevertheless, since Angola's social and economical implications are too multifaceted, it becomes harder to assess the situation. Identifying the key parameters of the disagreement between both parts is another subject developed throughout this thesis.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
1. EXPOSIÇÃO DO ASSUNTO	9
2. RELEVÂNCIA DO TEMA	10
3. OBJECTIVOS GERAIS	12
4. QUESTÕES PARA PESQUISA	12
5. DISPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO	12
CAPÍTULO I - ASPECTOS TEÓRICOS	14
1. GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS	14
2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E INVESTIMENTO EXTERNO	15
3. INFLUÊNCIA DO PODER	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
CAPÍTULO II - ÁFRICA NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA	19
1. ANOS 50: INÍCIO DAS RELAÇÕES BILATERAIS COM OS PAÍSES AFRICANOS	20
2. ANOS 60: A LUTA CONTRA A HEGEMONIA DAS SUPERPOTÊNCIAS	21
3. ANOS 70: LIMITAR OS PROGRESSOS DA URSS EM ÁFRICA	21
4. ANOS 80: ABRIR PORTAS AO EXTERIOR - MARGINALIZANDO ÁFRICA	22
5. ANOS 90: REAPARIÇÃO DO RELACIONAMENTO COM ÁFRICA	24
6. CHINA ANOS 2000: O CULMINAR DA DIPLOMACIA EM ÁFRICA	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
CAPÍTULO III- ENQUADRAMENTO DE ANGOLA	30
1. DAS DIVISÕES POLÍTICAS À NOVA CONSTITUIÇÃO	30
2. CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS SECTORES DE ACTIVIDADE	32
2.1. SECTOR PETROLÍFERO	32
2.2. SECTOR AGRÍCOLA E PECUÁRIO	34

2.3.	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	34
2.4.	SECTOR DE CONSTRUÇÃO	35
3.	ANÁLISE DA CONJUNTURA ACTUAL DA ECONOMIA ANGOLANA	35
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
CAPÍTULO IV - CONVERGÊNCIA DE INTERESSES		39
1.	A AFIRMAÇÃO DA CHINA EM ANGOLA	39
2.	COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTO DIRECTO	40
3.	A PRIMAZIA DO PETRÓLEO COMO PRINCIPAL COMPONENTE DA ESTRATÉGIA CHINESA EM ANGOLA	41
4.	O ROSTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA: SECTOR DE CONSTRUÇÃO	43
4.1.	INTERESSE CRESCENTE NOS PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS	43
4.2.	PREEMINÊNCIA DAS CONSTRUTORAS CHINESAS	44
5.	MECANISMOS DOS PROJECTOS CHINESES EM ANGOLA	46
5.1.	FINANCIAMENTO PÚBLICO	47
5.2.	FINANCIAMENTO PRIVADO	50
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
CAPÍTULO V - EMPRESAS CHINESAS EM ANGOLA		52
1.	O PAPEL DOS ACTORES CHINESES NA REDE DE NEGÓCIOS	52
2.	AS ORIGENS E A EXPANSÃO DAS EMPRESAS CHINESAS	53
3.	ENTRADA NO SECTOR PETROLÍFERO ANGOLANO	54
4.	DIFICULDADES DAS EMPRESAS CHINESAS	55
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
CONCLUSÃO		57
GLOSSÁRIO		62
BIBLIOGRAFIA		64
ANEXOS		70

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas

TABELA 1 – CHINA: PIB PER CAPITA E CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (1980 – 2008)	20
TABELA 2 - ANGOLA: PREVISÕES DA TAXA CRESCIMENTO REAL DO PIB	36
TABELA 3 - MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO PETRÓLEO BRUTO DE ANGOLA (2003 – 2007)*	42
TABELA 4 - TOP 10 DOS PROJECTOS CHINESES EM ANGOLA	43
TABELA 5 - RESUME DO INVESTIMENTO (EFECTIVO E ANUNCIADO) PELA CHINA EM ANGOLA	49

Gráficos

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE PETRÓLEO* (1980 – 2008)	25
GRÁFICO 2 - ÍNDICE DO VOLUME DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL CHINESA (1950 – 2009)	28
GRÁFICO 3 - PIB POR SECTORES DE ACTIVIDADE (2008)	32
GRÁFICO 4 - HISTÓRIA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO (1947 – 2008)	33
GRÁFICO 5 – ANGOLA: PIB, NA ÓPTICA DA PRODUÇÃO, INCLUINDO TAXA VARIAÇÃO REAL (2008 – 2010)	36
GRÁFICO 6 - ANGOLA: COMÉRCIO BILATERAL COM A CHINA (EM USD) 1995 - 2006	40
GRÁFICO 7 - IDE* DA CHINA EM ANGOLA (1990 – 2007**)	41

Figuras

FIGURA 1 - CAPACIDADE DAS CONSTRUTORAS CHINEAS	45
FIGURA 2 – FINANCIAMENTO CHINÊS EM ANGOLA	47
FIGURA 3 - ANGOLA – CHINA: 5 ANOS, 4 ACORDOS e 5,5 MIL MILHÕES DE DÓLARES	48

INTRODUÇÃO

1. EXPOSIÇÃO DO ASSUNTO

São evidentes, no mundo actual, os efeitos nefastos da “grande recessão” despoletada pela crise de crédito do *subprime* e, em particular, pela falência do banco de investimentos *Lehman Brothers* (Setembro de 2008). A progressiva interpenetração de dois choques complexos – financeiro² e real na procura³ - gerou um novo quadro de incerteza e volatilidade global. Porém, com a crise financeira e económica, as chamadas “economias emergentes” saem fortalecidas. Entre eles está a China, que deverá liderar este processo devido à sua capacidade de adaptação e reorientação do padrão de crescimento (ANEXO I). Os chineses adquiriram participações em empresas internacionais de diversos sectores, e descobriram que o poder político depende, substancialmente, do poder económico e que a aliança entre empresas e marcas de prestígio irá aumentar a sua influência global. No caso do continente africano, a recente melhoria das condições financeiras da economia internacional e recuperação dos preços das *commodities* permite a estabilização e o crescimento das principais economias.

Estamos, verdadeiramente, numa nova era. Após várias décadas de estagnação, o continente africano torna-se de novo um ponto central da disputa geopolítica mundial. A principal preocupação não são as condições que tornam África “competitiva” mas, sim, se o padrão actual dos investimentos permite superar a dependência unidimensional do mercado externo (matérias-primas) e o desenvolvimento desigual. Neste contexto, esta dissertação pretende analisar estas tendências, concentrando-se na relação bilateral da China com o principal parceiro comercial em África: Angola. A escolha do tema deve-se à sua proeminência na actualidade, dadas as correntes especulações sobre o estado e evolução das relações entre os dois países e as suas implicações. Além disso, é um bom exemplo do desenvolvimento das chamadas relações Sul - Sul⁴ que adquiriram uma importância crescente na primeira década de 2000, tendência que se acentuou na sequência da crise global.

² Choque financeiro converteu-se numa turbulência generalizada nos mercados financeiros, com uma profunda reavaliação das condições de risco, resultante da quebra de confiança dos investidores e de uma combinação da redução de liquidez com o endurecimento das condições de acesso à dívida (Mateus, 2008)

³ Choque real na procura vai revelando as consequências do rápido crescimento das grandes economias emergentes na pressão sobre os recursos não renováveis, escassos ou sujeitos a utilizações conflituais (Mateus, 2008)

⁴ A expressão “Sul” denomina um conjunto colectivo de países em desenvolvimento por oposição ao termo “Norte”, conferido aos países desenvolvidos que partilham conformidades ao nível de vulnerabilidades e desafios.

Algumas das últimas previsões deste relacionamento bilateral dão sinais de grande dinamismo em vários domínios de actividade. A China que representa uma nação que ainda há pouco tempo era considerada subalterna à escala mundial e que se encontrava, inclusive, arredada de alguns convénios internacionais, assume, no presente, uma posição de destaque, se não mesmo de motor. A sua estratégia está direccionada para o reforço do poder e a resolução da carência energética, com primazia para o petróleo. Contudo, as áreas infra-estruturais têm-se revelado o alvo principal dos seus investimentos. Na perspectiva angolana, é necessário assegurar a reconstrução das infra-estruturas, sendo, para isso, a procura de parceiros fortes para coligações reciprocamente vantajosa a fim de conduzir o país a um patamar superior. Desde a independência que as receitas petrolíferas são o suporte essencial das políticas do Estado angolano mas a falta de diversificação da sua economia, para além deste sector, pode traduzir-se numa limitação no futuro. Assim, ainda que as vantagens imediatas para os dois lados sejam evidentes, as consequências a médio e longo prazo de uma participação massiva da China em Angola é menos clara quanto aos benefícios. Na frente política, as relações entre os dois países são consideradas como “excelentes”, por diplomatas de ambos os lados, mas existe também uma certa desconfiança mútua crescente, que, caso se agrave, pode desmascarar um “casamento de conveniência” (Corkin, 2008).

2. RELEVÂNCIA DO TEMA

A proliferação da presença chinesa aos níveis comercial, financeiro e político, em África, deve ser considerada um fenómeno multifacetado. Segundo Carmody e Owusu (2007: 8): «*o investimento (da China) em África é uma reminiscência de anteriores investimentos coloniais, que permite garantir o acesso às matérias-primas*». Mas, não são a única motivação geoestratégica por detrás do turbilhão económico chinês sobre África (Helmut, 2008). Nos últimos anos, o debate sobre o envolvimento da China em África produziu um corpo substancial de literatura, que é uma das principais fontes em que se baseia a nossa pesquisa.

Antes de 1990, nenhum projecto de IDE (Investimento Directo Estrangeiro) chinês tinha sido realizado em África. Mas, ao longo das duas últimas décadas, tem crescido significativamente, com a rápida expansão da economia chinesa e os investimentos no exterior (Marafa, 2009). No que respeita às trocas comerciais, em 1995, estas atingiram um volume de três mil milhões de dólares e cresceram, exponencialmente, até ao final de 2006. Wang (2007) acrescenta que o petróleo e o gás natural representavam 62% das exportações

africanas para a China. Como resultado desta tendência, este país asiático tornou-se o terceiro maior parceiro comercial de África, atrás apenas dos EUA e da França.

Brautigam (2008) elaborou um estudo que incide, fundamentalmente, na “ajuda externa”. As reformas económicas proporcionaram, em 1990, uma mudança na política externa chinesa em direcção a uma abordagem mais baseada no mercado e uma maior concentração na racionalidade económica dos projectos de assistência a diversos países. Isto originou um aumento do apoio financeiro, no início do segundo milénio, centrado, particularmente, em projectos de infra-estrutura. Vários relatórios indicam que a expansão do comércio exterior, do investimento e da “ajuda externa” são acompanhados por um número elevado de imigrantes chineses. Segundo Helmut e Margot (2008), em geral, trata-se de trabalhadores chineses relacionados com esses projectos. No passado, haviam-se registado ondas de imigração limitada dos chineses para África mas, em contraste, Patton (2008) revela que, actualmente, os investidores chineses alargam, cada vez mais, a sua influência em África, apoiados em empresários, trabalhadores comerciantes e agricultores, da mesma nacionalidade.

Os meios de comunicação, a sociedade civil e os políticos têm feito eco de uma série de preocupações em relação à participação das empresas chinesas em África. A China é acusada de exploração económica e de práticas de corrupção, algumas das quais desprezam deliberadamente os direitos humanos e ambientais, bem como as regulamentações locais, em prol do lucro. Alden (2007: 82) concorda: *«(...) a sua presença e o seu comportamento provocaram uma série de respostas locais, que foram além do entusiasmo sem reservas expresso pelos governos africanos»*. Fundamenta-se no facto de que as relações são desiguais porque constituem uma rua de sentido único - apenas direccionada para África - o que diminui as perspectivas de desenvolvimento económico. Outros autores afirmam que a política externa chinesa está a ser repensada, estando os seus promotores a avançar rapidamente na curva de aprendizagem (Brautigam, 2008). É transmitida a ideia de que a China se pretende tornar num melhor parceiro comercial dos países em desenvolvimento. Outros consideram estas preocupações incoerentes: existe uma certa hipocrisia e paternalismo sobre as implicações políticas e económicas (Tull, 2008). Afirma-se, ainda, que se devem centrar as atenções sobre a elaboração de estratégias mutuamente benéficas (com o Ocidente), para enfrentar os desafios comuns (Rocha, 2007).

Em suma, diversos autores reconhecem os riscos aos níveis económico, financeiro e político motivados pela presença maciça da China em África, ao passo que outros não deixam de admitir as novas oportunidades que o crescimento chinês pode abrir aos países africanos no sentido da sua diversificação. Seja como for, é digno de nota a existência de um sentimento anti-chinês (Taylor, 2007). O carácter multifacetado deste relacionamento está cada vez mais patente, mas o debate em redor do papel da China em África continua a gerar controvérsia.

3. OBJECTIVOS GERAIS

Elaborar uma pesquisa que permita concretizar os seguintes aspectos:

- a) Proceder a uma análise cuidada no concernente a África no contexto de internacionalização da China;
- b) Identificar os factores que levaram a uma convergência de interesses entre a China e Angola;
- c) Desmantelar a teia de relações das empresas chinesas em Angola e a sua envolvência;
- d) Delinear as perspectivas deste relacionamento.

4. QUESTÕES PARA PESQUISA

A fim de atingir os objectivos gerais, partimos de um conjunto de hipóteses de trabalho a investigar:

- a) De que forma evoluiu a incursão da China no continente africano? Quais os instrumentos e métodos aplicados? Diferem manifestamente dos países ocidentais?
- b) Como se enquadra no contexto económico actual a relação bilateral entre a China e Angola?
- c) Em que circunstâncias as empresas chinesas se foram instalando em Angola? Qual o papel dos diversos intervenientes nesta intensa e complexa teia de relações?
- d) Que futuro está reservado para esta relação bilateral? O envolvimento da China em Angola continuará a ser motivado pela busca de energia ou pode ser uma parceria mais profunda e abrangente? Que implicações globais pode ter?

5. DISPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Após a exposição do assunto e sua relevância, da definição dos objectivos gerais a atingir, da formulação de questões e da apresentação da estrutura geral da dissertação, procede-se a uma abordagem de aspectos conceptuais e teóricos. As actuais relações económicas externas têm

subjacentes diversas formas de relacionamento com outros países. Assim, no capítulo II, é pertinente explicitar, de forma sucinta, o fenómeno da globalização e das relações assimétricas, a expansão do comércio internacional, investimento externo e influência do poder, com vista à compreensão do seu benefício (ou não) para os parceiros comerciais. No capítulo subsequente, debruçamo-nos sobre a evolução da China no continente africano, dando particular atenção ao período compreendido entre os anos cinquenta e a actualidade (2010). A China, que foi uma economia fechada até aos anos oitenta, passou nas duas décadas seguintes por processos intensos de reforma. Posteriormente, é elaborado um enquadramento ao estudo de Angola, nomeadamente no que respeita à situação política, aos principais sectores de actividade e à conjuntura actual da sua economia. O propósito é circunscrever as previsões e os desafios que constam no país, de modo a deliberar a indispensabilidade de importantes parceiros estratégicos. O capítulo V é dedicado à análise de diferentes contextos das perspectivas chinesa e angolana, pois o foco numa relação bilateral pode ser vantajoso do ponto de vista metodológico. Assim, procura-se entender em que moldes se encontra o relacionamento actual e quais os factores que promoveram a convergência de interesses. Envolve uma pluralidade de assuntos, predominando a influência da cooperação financeira e do sector da construção, bem como a preeminência do petróleo. Por último, são estudadas as ligações e acordos entre empresas chinesas em Angola, proporcionando uma maior profundidade de análise.

CAPÍTULO I - ASPECTOS TEÓRICOS

Outrora, as relações comerciais estavam confinadas a um espaço geográfico circunscrito. Hoje, está patente o contraste com esses tempos. As últimas décadas ficaram marcadas por alterações profundas, a diversos níveis, que obrigam a constantes reposicionamentos. A geografia mudou, o tempo é outro, a distância não tem o mesmo sentido. Os países movem-se num mundo cada vez mais globalizado, onde as fronteiras nacionais já não representam barreiras à circulação embora possam desempenhar, ainda, um papel político importante (por exemplo ao nível de direcção dos fluxos ou da formulação das políticas). No entanto, como no passado, as relações económicas externas têm subjacentes relações de poder entre países.

1. GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS

A globalização aumentou a interdependência das diversas sociedades a nível mundial, quer a nível económico-financeiro quer aos níveis da informação, militar, ambiental, entre outros, pode ser caracterizado por quatro aspectos: o aumento do comércio internacional; a rápida circulação de capitais a nível mundial; a facilidade de circulação de pessoas e de bens, e o papel crescente das empresas multinacionais na economia mundial (nomeadamente através de fusões e aquisições). Por outro lado, este processo, como integração, em profundidade, de espaços económicos, sociais e políticos, tem sido moldado pelos princípios de desintegração vertical⁵, diferenciação territorial⁶ e modularidade⁷, que se articulam de forma mais ou menos completa e equilibrada.

Nesta medida, a internacionalização das empresas, sobre a qual incidirá o nosso trabalho, surge de forma natural, porque nenhuma empresa nacional está completamente livre de influência de forças envolventes estrangeiras, uma vez que existe sempre a possibilidade de a concorrência de importações ou de concorrentes internacionais estabelecerem operações no seu próprio mercado. Há que frisar que a internacionalização pode ser alcançada basicamente

⁵ *Ancorado no desdobramento das actividades de produção e distribuição em cadeias de valor globais, onde as empresas transnacionais vão optimizando custos e tempos de resposta às necessidades dos mercados, através de sucessivas deslocalizações e relocizações (Mateus, 2008)*

⁶ *Apoiado na afirmação de sinergias territoriais específicas na produção para o mercado mundial de bens transaccionáveis diferenciados segundo formas de concorrência monopolística. Por sua vez, estas são potenciadas pela combinação de economias de aglomeração e especialização alicerçada em estratégias regionais suficientemente diferenciadas e descentralizadas, mas não fragmentadas (Mateus, 2008)*

⁷ *Consiste na capacidade de partilha de referências e códigos científicos e tecnológicos, por empresas e instituições de I&D que vão dando corpo a novas formas de produção global “made in world” (Mateus, 2008)*

por três caminhos distintos: a actuação isolada e independente, a criação de subsidiárias no estrangeiro ou a colaboração com outras empresas (Brito, 1993: 4). Por outro lado, a internacionalização das empresas via IDE sofre ainda de algumas lacunas na interpretação teórica⁸. Mas o interesse crescente nas suas causas e consequências, designadamente no país hospedeiro, fez desenvolver um conjunto de teorias que procuram explicar os investimentos no exterior. Tendo em conta os vários estudos empíricos existentes, procura-se entender o porquê de alguns países terem mais sucesso do que outros na atracção do IDE.

As relações ao nível do comércio e investimento entre países muito diversos levam à emergência de novas situações, designadamente de natureza desigual, que são o foco deste trabalho, analisando o caso sino-angolano (pela dimensão de natureza cultural, situação geopolítica, entre outros). Em termos sucintos, em Angola, a China tem essencialmente em vista garantir o seu abastecimento de matérias-primas, em primeiro lugar energia, e caberá às autoridades angolanas lutar por uma relação que vá além deste objectivo e se traduza em reais benefícios de longo prazo, designadamente na diversificação sustentada da sua economia, ainda demasiado centrada no petróleo.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL E INVESTIMENTO EXTERNO

«Todas as análises disponíveis advogam que o surto de relações económicas bilaterais, pelo lado chinês, apenas pode ser explicado pela complementaridade entre comércio, investimento directo e assistência ao desenvolvimento» (Helmut e Margot, 2008: 18).

Assim sendo, em primeiro lugar, há que explicitar a definição de investimento externo. De acordo com o Gabinete de Estratégias e Estudos (GEE) e também conforme a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), o IDE diz respeito a movimentos de capitais que pressupõem posse e controlo, como por exemplo, quando cidadãos da China compram acções de uma empresa estrangeira eles tornam-se, em certa medida, “donos” desta, tendo assim um elemento de controlo pois passam a ter direito de voto. Importa ressaltar que este tipo de operação apenas é considerado IDE se a compra envolver mais de 10% do número de acções totais da empresa estrangeira, efectivamente, são os termos de controlo e o interesse duradouro que distinguem o IDE dos investimentos de portfólio, pois estes últimos

⁸ Foram feitas várias explicações, geralmente “aceites”, todavia é de realçar que a internacionalização das empresas deixou de se limitar à exportação de bens e serviços, e foi muito mais além, com a produção no estrangeiro, onde se relaciona o próprio processo da “multinacionalização” (Silva, 2002).

são apenas encarados como aplicações financeiras, tal como os depósitos de fundos num banco.

A expansão do comércio internacional, nos anos 1950 – 1970, envolveu empresas e economias nacionais que procuravam explorar as suas vantagens comparativas, bem como manter um grau de separação em relação aos seus parceiros comerciais, num contexto de áreas de comércio livre e uniões aduaneiras. O IDE na indústria transformadora era visto como uma alternativa às exportações e era, principalmente, destinado a servir o mercado do país onde os investimentos se localizavam. *«Trade is a substitute for the movement of factors (Mundell) and consequently, also for investment, which does not need to move abroad in order to obtain more benefits»* (Silva et al., 2009: 44)

A partir da década de 1980, com o designado “boom” do IDE, motivado pelo forte crescimento e uma liberalização generalizada dos movimentos de capitais, as empresas que se encontravam em processo de internacionalização passaram de uma integração superficial para uma integração mais profunda, onde incluíam nas suas operações não só o comércio de bens e serviços, mas também o investimento directo e as aplicações financeiras. Isto fez com que, nas últimas décadas, as exportações e o investimento estrangeiro fossem vistos pelas empresas como instrumentos complementares e não como substitutos. *«Uma presença no mercado, como o resultado do IDE, tornou-se também instrumental com vista a aumentar o acesso das exportações ao mercado global. Por outro lado, numa estratégia de afectação global da produção e das instalações de serviços, o IDE não foi apenas orientado para servir o mercado global (i.e. a substituição das importações), mas também para exportar para o resto do mundo»* (Zecchini, 1996)

Não se pode considerar que o comércio e o investimento caminhem lado a lado. Nos anos 1980 – 1990, o comércio aumentou, no entanto encontrava-se consideravelmente abaixo do IDE. Este [IDE] progredia a taxas superiores, crescendo de uma forma rápida e generalizada, ligado às empresas multinacionais e à crescente globalização. Existem muitas definições do que é uma multinacional, não sendo nosso objectivo aprofundar aqui a questão, optámos pela seguinte: *«Uma empresa de uma particular nacionalidade com subsidiárias total ou parcialmente suas em duas ou mais economias»* (Gilpin, 2000)

3. INFLUÊNCIA DO PODER

Tendo como suporte o livro de Hirschman (1945), através do qual é aplicado o exemplo do esforço bem sucedido da Alemanha de Hitler, durante a década de trinta, verifica-se que existem dois efeitos que decorrem das relações comerciais entre dois países assimétricos, que devem ser considerados: efeito da oferta e efeito de influência. O primeiro efeito, «*providing a more plentiful supply of goods or replacing goods wanted less by goods wanted more*» (Hirschman, 1980: 14), aumenta a eficiência económica, uma forma de instrumento de poder indirecta. Por outro lado, o efeito de influência é uma forma directa, derivado de países pequenos estarem expostos à influência que um país grande exerce.

O nosso autor de referência salientou o conceito económico “ganhos do comércio”, demonstrando que este pode levar à dependência do país que aufer os ganhos, em relação ao país que os concede. Porém, ao longo das hipóteses da teoria clássica, o autor supõe que ambos os países ganham, mas enfatiza que esses ganhos são díspares: o volume de comércio entre os países A (rico e grande) e B (pequeno e pobre) pode ser mais importante para B. As importações que A faz de B podem representar 80% das exportações totais de B, mas totalizam, apenas, 3% das importações totais de A. Assim, as relações de influência, dependência e dominação emergem directamente das transacções comerciais, que, ao longo do tempo, vinham a ser caracterizadas como “mutuamente benéficas” pela teoria do comércio internacional. Os efeitos políticos do comércio externo tendem a ser assimétricos e a favorecer, pelo menos no início, os países com um poder superior. Mais tarde, o autor assume que o resultado deste tipo de comércio bilateral pode originar diversas contra-tendências económicas e políticas, que, com o tempo, tendem a diminuir a dependência. De facto, o país grande começa a fornecer mais atenção a países com tamanho similar e, deste modo, o país dependente pode tirar vantagens dessa desproporção de atenção, introduzindo na economia mudanças estruturais como a diversificação, substituição das importações e abertura a novos mercados, tendo como resultado uma redução da dependência.

As assimetrias do comércio e transacções internacionais, em geral, são importantes não só para fins de análise mas também para conhecer as relações entre os países com diferentes dimensões económicas e comerciais. Agora que algumas práticas tradicionais e ideias rígidas do passado mudaram, devemos estar cientes de que “poderes” muito diferentes influenciam o curso dos países. Isto porque não partem com as mesmas condições, quer para competir ou

para obter a mesma quantidade de benefícios do processo de intercâmbio permanente. Por outro lado, os países tendem a estar interligados num contexto de redes regionais e/ou globais, e portanto as questões de assimetria de poder mantêm-se (Silva, 1999: 421). Mas, como Hirschman assinalou, mesmo que o comércio parta de várias perspectivas, muito mais diversificadas, as extensões devem também ser tidas em consideração.

A contribuição de Hirschman, focando os fundamentos teóricos das relações assimétricas entre países com base no comércio, e que podem criar situações de dependência de uns em relação aos outros, continua a ser importante, directa ou indirectamente, no contexto globalização tal como tem sido salientado por vários autores veja-se por exemplo Bhagwati (2004: 227): *«It is useful to remember that interdependence is a normatively attractive, soothing word, but when nations are unequal, it also leads to dependence and hence to possibilities of preverse policies...with outcomes that harm the social good and the welfare of the dependent nations while advancing the interests of the powerful nations.»*

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de Hirschman considera-se ajustado à perspectiva da presença chinesa em Angola. Nos relacionamentos bilaterais o desequilíbrio está, muitas vezes, inerente aos elementos do poder, mesmo em relações comerciais, como as que ocorrem, por exemplo, entre países grandes e pequenos, ricos e pobres, industriais e agrícolas. E, tendo em conta que são dois países que apresentam dissemelhanças elevadas (por exemplo: dimensão e estrutura do comércio), será interessante indagar como se desenvolverá a relação à luz destes termos, podendo a política levar tanto à dependência como ao seu inverso.

CAPÍTULO II - ÁFRICA NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA

A perspectiva histórica é comum nos estudos sobre estratégias internacionais e é particularmente necessária no caso da China. Segundo Jonathan Fenby⁹: «*O passado precisa de ser compreendido para entender as correntes mais profundas que estão na base da fulgurante China moderna*». Durante as últimas décadas, o país protagonizou diferentes estratégias, incutidas na sua política externa e, efectivamente, manifestas no continente africano. Na dinastia Tang (618-907 a.C.) os comerciantes chineses visitaram a costa leste de África. No século XIV, quando a dinastia Mongol é derrubada pela resistência interna e assume o poder a dinastia Ming (1368 a 1644), o famoso almirante chinês Zheng He e a sua frota chegaram à costa oriental, não se registando, no entanto, exportações e importações de produtos chineses. Pairava a desconfiança no que toca a estrangeiros. A exploração no exterior fora severamente reprimida e a China permaneceu praticamente fechada e auto-suficiente até ao final do século XIX. Porém, como refere Viktor Sukup (2002), «*os fuzis europeus abriram caminho para Pequim e aniquilaram as “barreiras” do isolamento*», conjuntamente com a profunda crise que se fazia sentir na conjuntura demográfica da China, culminou com o fim estrutural do “Império do Meio”.

Em Outubro de 1949, os comunistas tomaram o poder e proclamaram a RPC (República Popular da China), com Mao Zedong como líder supremo. Uma vez convertido em aliado da União Soviética (URSS), põe-se um ponto final no relacionamento com os Estados Unidos. A China passou por uma série de reformas, como por exemplo colectivização de terras, controle estatal da economia e nacionalização de empresas chinesas. A sua economia foi uma das mais pobres do mundo e o seu PIB *per capita* chegou a ser de menos de 100 dólares. Uma discrepância elevada se tiver em conta a actualidade (Tabela 1). O PIB nominal chinês (ANEXO II) cresceu, em média, 10 % desde que Deng Xiaoping proclamou que «*it does not matter if a cat is black or white, as long as it catches the mouse*» (Gave, 2009).

⁹ *Jornalista que publica artigos no Times*

TABELA 1 – CHINA: PIB PER CAPITA E CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (1980 – 2008)

	1980	1990	2000	2005	2008
PIB per Capita, PPC (em dólares correntes internacionais)	250	800	2330	4100	6020
O crescimento do PIB (% anual)	8	4	8	10	9

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da *UNCTAD*

1. ANOS 50: INÍCIO DAS RELAÇÕES BILATERAIS COM OS PAÍSES AFRICANOS

Com o término da II Guerra Mundial, o mundo estava dividido entre dois blocos: os EUA e a URSS. A preocupação iminente da China era acautelar a sua segurança. Como tal, necessitava ampliar o número de aliados. Foi neste contexto internacional desfavorável que iniciou relações bilaterais com os países africanos.

Na primeira metade dos anos 50, dois marcos históricos estimularam o desenvolvimento das relações políticas entre a China e África. O primeiro corresponde à proclamação, em 1954, dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”. O primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, formulou, em nome do Governo, o quadro que estabelece as relações com os estados africanos, nomeadamente o respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, a não-agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos, igualdade e vantagens recíprocas e, por último, a coexistência pacífica. O segundo foi a convocação da conferência afro-asiática¹⁰, realizada em Bandung, na Indonésia, em 1955. A cooperação que advém dessa conferência é fundamentada na noção de semelhança dos desafios político-económicos dos estados africanos e da China.

No final do período em questão, a política chinesa em África discernia-se em duas partes: constituir relações diplomáticas com os países, então, independentes e apoiar activamente o processo de descolonização do continente. A China contestava o imperialismo, o colonialismo e o hegemonismo, através da promoção das relações políticas com os países subdesenvolvidos, do alargamento da sua influência no mundo, e quebrando o bloqueio de grandes países ocidentais.

¹⁰ No contexto internacional a realização da conferência que contou com vinte e novos países da Ásia e África, possibilitou o desenvolvimento de um sentimento de esperança para muitos países que ainda se encontravam em luta armada contra os colonizadores (Esteves, 2008: 52)

2. ANOS 60: A LUTA CONTRA A HEGEMONIA DAS SUPERPOTÊNCIAS

Na década de 60, a disputa hegemónica entre os Estados Unidos e a URSS era, cada vez mais, evidente, desencadeando o movimento de não-alinhamento com qualquer das duas superpotências. Pela primeira vez na história, houve uma quebra da estrutura bipolar (URSS ou EUA), pela existência de outra hipótese em oposição às duas habituais, que permitia a equidistância das grandes potências mundiais (Esteves, 2008: 53). O confronto entre a China e os Estados Unidos afirmava-se, tal como o distanciamento da China em relação à URSS. Por conseguinte, a estratégia chinesa baseou-se na oposição à hegemonia das duas superpotências, através da qual Mao Zedong protagonizou a alegação da sua ideologia das “duas zonas intermediárias”. Primeiro, os países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina e segundo, a Europa Ocidental. Para Mao, ambas as partes se opunham ao controlo dos Estados Unidos. Deste modo, assinalou que a estratégia diplomática da China consistia em apoiar a primeira zona intermediária para, de seguida, alcançar a segunda.

Entre 1963 e 1964, Zhou Enlai apoiou uma série de movimentos de libertação e de independência do povo africano, com vista a criar uma frente internacional contra as superpotências. Em simultâneo, fez um esforço para aumentar a preponderância da China nas Nações Unidas. No desfecho do período, dos 41 países africanos independentes, 19 mantinham relações diplomáticas com Pequim, em contraste com os cinco da década de 50.

3. ANOS 70: LIMITAR OS PROGRESSOS DA URSS EM ÁFRICA

Da segunda metade dos anos 60 ao início dos anos 70, a China encontrava-se numa situação ambígua. Após a ruptura com a URSS, deparava-se com um “fogo cruzado”: enquanto esta ameaçava a partir do Norte, os Estados Unidos intensificavam a ameaça militar a partir do Sul, o que obrigou os dirigentes chineses a novos ajustamentos ideológicos. A URSS tinha-se tornado numa nova potência hegemónica, que procurava ampliar a sua esfera de influência, enquanto os EUA recuavam para se defenderem, dadas as significativas dificuldades políticas e económicas. De modo a livrar-se do perigo militar da União Soviética, Mao Zedong elabora a teoria dos “três mundos”¹¹, que consiste em aliar-se aos Estados Unidos, contra a URSS. A partir de então, a China sofreu uma nítida modificação. Nos anos subsequentes, tentou

¹¹ Denominação decorrente das subdivisões do mundo por dimensão económica. Segundo esta classificação, as superpotências constituíam o “Primeiro Mundo”, os aliados das superpotências o “Segundo Mundo” e, por fim, as demais nações constituíam o “Terceiro Mundo”.

aumentar o seu poder relativo no sistema internacional e, para isso, promoveu, intensamente, as relações amigáveis com o continente africano, através de uma política externa que incluía duas características explícitas: neutralizar a expansão da URSS em África e modificar a atitude em relação à política do Ocidente neste continente. Entretanto, a maior parte dos países africanos conquistou a independência política, excepto alguns países da África Austral, como é o caso de Angola, Moçambique e Zimbabué.

Entre 1970 e 1977, a China aumentou a ajuda aos países africanos, principalmente através de pequenos empréstimos comerciais, com foco nas infra-estruturas e desenvolvimento de projectos, concedendo um auxílio a 29 países africanos, contra, apenas 22 da URSS. Foi durante este ciclo que a China se envolveu num dos mais ambiciosos projectos em África: a construção da ferrovia da Zâmbia à Tanzânia, que custou aproximadamente 450 milhões de dólares. O projecto ficou concluído em 1976 e foram expedidos para a sua construção um total de 50.000 técnicos e trabalhadores chineses. A China aproveitou a oportunidade para reforçar a cooperação amigável com África. Constatase que, durante este período, não havia quase IDE chinês no continente africano, à excepção de alguns investimentos, limitados aos projectos do Governo, que eram meramente executados por empresas públicas.

Em termos de política mundial, outro marco importante para a China consistiu na conquista de um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1971. A adesão da China deveu-se, em grande parte, à votação dos países africanos, dando voz aos países do Terceiro Mundo e promovendo a afirmação do poder da China dentro destes Estados.

Após o falecimento de Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping regressou, com sucesso, ao Congresso do PCC (Partido Comunista Chinês), depois de ter sido expurgado por Mao na Revolução Cultural, em 1965 e, novamente, em 1976. Foi eleito como novo líder da China em 1978, e iniciou o processo de inversão dos desastrosos rumos político, económico e social das décadas anteriores.

4. ANOS 80: ABRIR PORTAS AO EXTERIOR - MARGINALIZANDO ÁFRICA

Com a chegada dos anos 80, dá-se início às reformas preconizadas por Deng, modificando por completo a visão do mundo e a acção política dos dirigentes chineses. Neste período cristalizava-se um processo de fusão de dois Estados da China: revolucionário, de Mao e, desenvolvimentista, de Deng.

Deng começou por desferir um programa de modernização económica, que designou “quatro modernizações”: na agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional. Admitiu que seria necessário abrir a economia ao comércio externo e ao investimento, de modo a introduzir a política de “portas abertas”. Esta englobava não só a participação na economia internacional mas também o envolvimento em instituições económicas internacionais como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), ao qual a China aderiu em 1980. Assim, em vez de dar continuidade à política de isolamento e à luta contra o imperialismo e hegemonismo, adoptou, na prática, uma política que tinha como finalidade o desenvolvimento económico. Parte desta incluía a instalação gradual de ZEE (Zonas Económicas Especiais), com vista a atrair capitais e tecnologias estrangeiros, através de um ambiente institucional que favorecesse a presença das empresas multinacionais na China e encorajasse as empresas chinesas a investir no exterior.

A falta de participação das empresas chinesas na economia global, cumulativamente com a estratégia voltada para dentro e o apertado controle das divisas, fez com que estas não criassem filiais estrangeiras, numa primeira fase. Só em 1984 é que foi emitido o primeiro regulamento de IDE, e as trocas via mercado substituíram, gradualmente, a economia planificada. Os incentivos económicos estimularam as empresas a ampliar as taxas de lucro, apesar de a sua capacidade ainda ser limitada à responsabilidade de outros membros. Nesta fase, a China persistia dominada pelo sector público, enquanto as empresas privadas desempenhavam um papel marginal.

Mais tarde, após a aprovação da nova trajectória com base nas reformas económicas e na reinserção na economia mundial, a China comprometeu-se a reconstruir as parcerias com as economias mais desenvolvidas, em particular com a Europa, os EUA e o Japão, de maneira a auferir de um ambiente internacional estável, que permitisse acelerar o desenvolvimento económico. Assim a proclamação de uma ideologia de paz e estabilidade tornaram-se aspectos fulcrais nas relações internacionais da China.

No que concerne ao relacionamento sino-africano o comércio diminuiu, tendo-se registado um declínio radical nos programas de ajuda, evidenciando a perda de importância deste continente. É perceptível desde então, como se referiu, que as considerações económicas

dominavam a formulação da política externa chinesa e que o significado político e ideológico foi sensivelmente ignorado. Contudo, a China continuava a concentrar a sua atenção em África, o primeiro-ministro chinês - Zhao Ziyang - embarcou no final de Dezembro de 1982, para visitar, em 29 dias, onze países africanos, com objectivo de promover a “Cooperação Sul – Sul”, conseguindo um contexto internacional pacífico e favorável ao processo de modernização da China. Mais tarde, na sequência do incidente da “Praça Tiananmen”, em 1989, a China foi severamente criticada pelas potências ocidentais, derivado da forma como o regime Deng silenciou as manifestações dos estudantes que apoiavam o movimento pró-democracia. África respondeu de uma forma mais moderada: mostrou solidariedade e aguardou que a China os recompensasse com um aumento de ajudas externas. No final dos anos 80, dos 51 países africanos independentes, 47 mantinham relações diplomáticas com a China, contra 44 da década de 70.

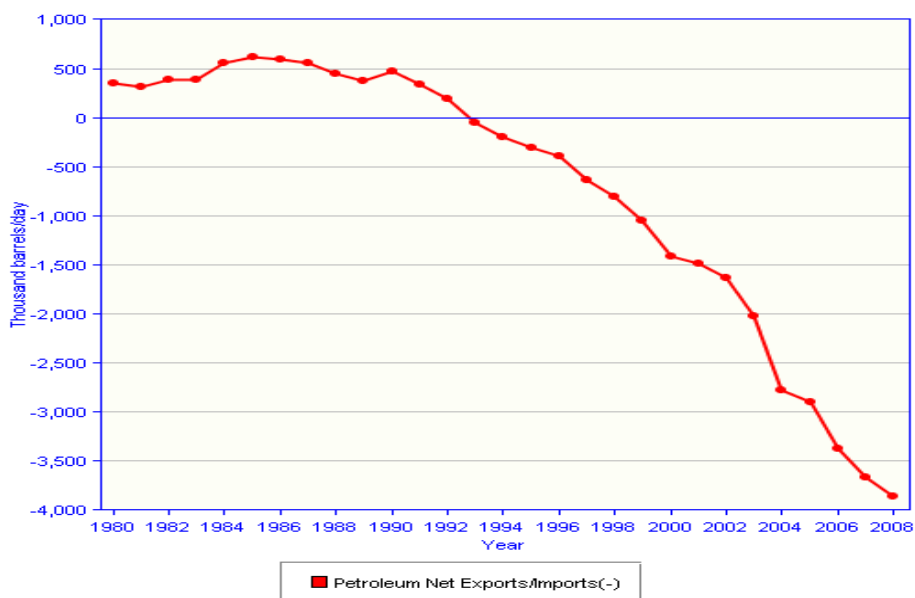
5. ANOS 90: REAPARIÇÃO DO RELACIONAMENTO COM ÁFRICA

No início dos anos 90, com o final da Guerra Fria, a China celebrou abertamente as boas-vindas ao IDE. Ao contrário de outros países asiáticos, como o Japão ou a Coreia do Sul, as políticas que limitavam a dimensão das empresas privadas e restringiam o IDE foram revogadas. O capital começou a fluir, numa grande escala, no país. O apoio da China a África é reiniciado, mas em condições diferentes. Os princípios de soberania e de “não interferência” voltam a estar na base das relações externas, que incluem ênfase nos recursos naturais, laços comerciais e influência política.

A nível político, o imperativo da China em manter o seu lugar no sistema internacional tornou-se uma das principais motivações para o envolvimento da China em África. Particularmente, devido à regra internacional de “um país, um voto”, os países em desenvolvimento, alinhados com os países africanos, constituem uma força não desprezível. O objectivo é influenciar a opinião internacional, com o intuito de contrapor a estratégia de um “mundo unipolar” a favor dos EUA, e acelerar, paralelamente, o processo de evolução do panorama mundial para um mundo multipolar. Em termos económicos, como fonte de matérias-primas, a África converteu-se num importante parceiro. Consequentemente, as relações comerciais aumentaram, assim como o número de empresas chinesas e empresários a investir no continente africano.

Em 1993, os chineses depararam-se, pela primeira vez, com o fim da auto-suficiência energética, e tornam-se vulneráveis, até aos dias de hoje (Gráfico 1). A médio prazo, o crescimento anual da procura de petróleo, por parte da China, tende a aumentar, enaltecendo a dependência deste combustível fóssil (ANEXO III).

GRÁFICO 1 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE PETRÓLEO* (1980 – 2008)



Fonte: *International Energy Statistic*

*Produção total de petróleo - Consumo

A experiência exercida pelo PCC, nas décadas passadas, teve que ser substituída por um novo cálculo estratégico de inserção no mundo, de modo a perdurar no caminho da modernização. Como tal, para além da exploração de carvão, a China inicia duas linhas alternativas: a expansão do gás natural, recorrendo a jazidas domésticas e países vizinhos; e, principalmente, o ingresso na corrida mundial por suprimentos e reservas de petróleo. A estratégia chinesa consiste em procurar países dotados de recursos. Em conformidade com isto, reconheceu a importância estratégica do Médio Oriente, visando, em primeiro lugar, sustentar o crescimento económico acelerado e, de seguida, alargar a sua esfera de influência política. Liminarmente, e não obstante os esforços que fez para reforçar a sua posição no Médio Oriente, a verdade é que se encontrava condicionada pela hegemonia político-militar que os EUA aí exercem, o que originou a procura de outras origens de aprovisionamento, que compreendem múltiplos países, com destaque para a África e a América Latina.

Assim, em 1997, a China converteu-se na terceira maior consumidora de petróleo¹², atrás dos EUA e do Japão, respectivamente. No total de petróleo consumido, 29% é adquirido no mercado africano, principalmente da Nigéria, Angola, Sudão, Guiné Equatorial e Gabão. Nesse ano, em Fevereiro, faleceu Deng Xiaoping, apesar de não aparecer em público desde 1994. Por esta altura, já o seu herdeiro – Jiang Zemin – assumia o cargo de Presidente chinês. Desde o final dos anos 1990 até 2002, houve um processo efectivo de incentivo à internacionalização de empresas chinesas, com a promoção da política de *Go Global*, que proporcionava um forte apoio ao investimento no exterior. O IDE chinês começou a mudar consideravelmente, principalmente em África. Dos 53 países africanos, 45 tinham estabelecido e mantido relações diplomáticas com a China.

6. CHINA ANOS 2000: O CULMINAR DA DIPLOMACIA EM ÁFRICA

A partir dos anos 2000, por iniciativa de Jiang Zemin, foi institucionalizado o FOCAC (*Forum on China-Africa Cooperation*). Registam-se até a data três reuniões ministeriais (2000, 2003 e 2009). Este fórum produziu a “Declaração de Pequim”, um documento que certificava o consenso entre a China e África sobre determinadas questões internacionais, reforçando o eixo Sul - Sul. «*Constituiu uma plataforma para uma maior compreensão das oportunidades e desafios, ajudando a articular as estruturas do desenvolvimento sustentável para um desenvolvimento coordenado com a economia global*» (Marafa, 2009: 4). O alívio da dívida e assistência financeira da China alcançaram níveis sem precedentes, os empréstimos preferenciais subiram, principalmente no que respeita a infra-estruturas de prestígio, consolidando as relações, concretamente nas áreas de comércio, assistência económica e intercâmbio de culturas. O novo plano de acção do FOCAC traça as directrizes, objectivos e planos de cooperação em diversas áreas para os próximos três anos.

A China, no final de 2001, integrou a OMC (Organização Mundial do Comércio). Após 14 anos de negociações, ficou a beneficiar dos privilégios resultantes desta união mas, como contrapartida, tem de cumprir os princípios traçados por esta organização. Assim, procedeu à eliminação das restrições legais ao comércio internacional e ao investimento externo,

¹² “As prioridades do Governo chinês e o investimento estrangeiro tornaram a China num grande centro de indústria pesada. O excesso de concentração nesta indústria explica o porquê das necessidades de energia da China dispararem nos últimos anos”, Chris Hughes (analista da London School of Economics);
Fonte: http://www.correiodopatriota.com/index.php?option=com_content&task=view&id=732&Itemid=284

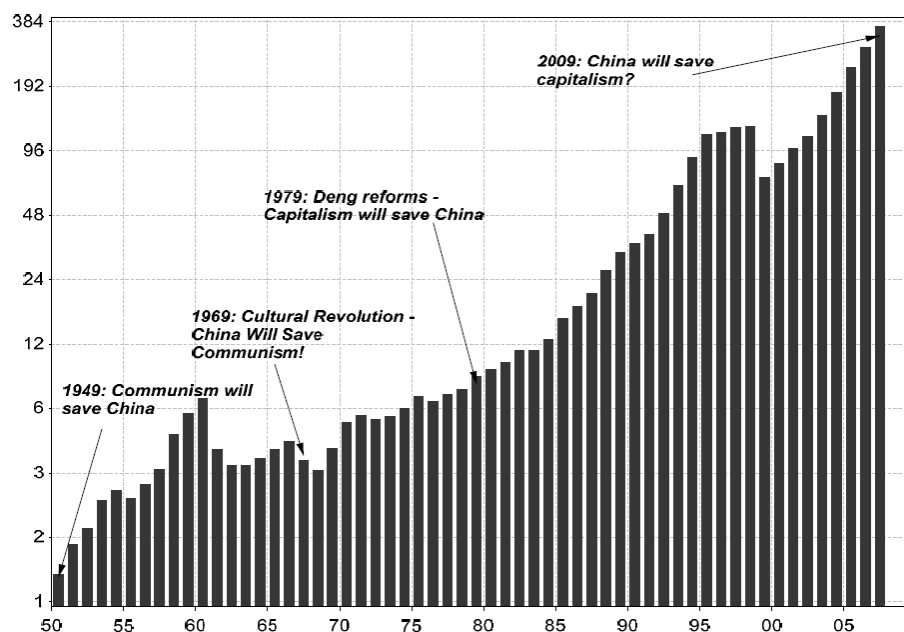
transmitindo uma maior força às reformas do mercado, ao consentir que as empresas chinesas permanecessem submetidas à concorrência internacional.

2006 foi, inequivocamente, declarado pelo Governo chinês como o ano direccionado para África. O novo e actual presidente - Hu Jintao - anunciou um fundo de 5 mil milhões de dólares de incentivos ao investimento, de empresas chinesas em África, o que contribuiu para que o sector da construção se tornasse um veículo de excelência para a penetração. Entretanto foram anunciados três pacotes de alívio da dívida externa dos países africanos: em 2000, 2005 e 2006. Uma nova dimensão do relacionamento cooperativo entre África e a China tinha sido alcançada. Em síntese, o objectivo era consolidar as relações existentes, de modo a construir bases sólidas para o seu fortalecimento, a longo prazo. Até ao final de 2006, mais de 800 empresas chinesas operavam em África, envolvendo uma multiplicidade de sectores. Além dos sectores tradicionais, a abrangência dos projectos de investimento começou a estender-se à agricultura, turismo e tratamento médico. Hu Jintao ressaltou a importância da responsabilidade das empresas chinesas nas suas relações a nível local. Segundo o Ministro-Adjunto do Comércio da China – Wang Chao – *«o ambiente político e legal das empresas chinesas e africanas na cooperação de investimento está em constante andamento»*. Os países africanos, também parecem estar predispostos às exportações e investimentos chineses, conforme admitiu o Ministro do Comércio, Indústria e do Desenvolvimento do Sector Privado do Gana – Papa Owusu-Ankomah – ao afirmar que *«a China é o maior parceiro comercial e continuará a ser a maior fonte de investimento directo estrangeiro no Gana»*¹³. Contudo, em contraste com a tendência registada, o ano de 2009 demonstrou um declínio significativo nas relações comerciais, afectado pela crise global.

Desde que Hu Jintao e o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao assumiram o controlo do poder do Estado, a China governa num sistema económico dominado por empresas dirigidas para a maximização dos lucros, que destacam a estrutura da China como a indústria transformadora mais competitiva do mundo, através da exploração altamente eficiente do trabalho barato (Arrighi, 2008). Em duas décadas, a China aumentou, significativamente, a sua produção industrial (Gráfico 2).

¹³ Embaixada da República Popular da China no Brasil: “Empresas chinesas voltam atenções para investimentos na África” (2008/09/10): <http://www.macaohub.com.mo/brasil/news.php?ID=102>

GRÁFICO 2 - ÍNDICE DO VOLUME DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL CHINESA (1950 – 2009)



Fonte: Gave (2009)

No que respeita ao nível de reservas oficiais brutas, em 2009, a posição de destaque é claramente ocupada pela China, acima dos EUA e dos países da zona euro (ANEXO IV). As exportações e importações chinesas (ANEXO V) crescem de uma forma significativa, ainda que desigual. Os analistas referem que, apesar da economia chinesa ter sido fortemente afectada pela crise económica mundial, o comércio com o resto do mundo está novamente estável. Neste contexto, analisarei a relação bilateral com Angola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou demonstrado que a estratégia chinesa em África apresenta diversas fases e uma combinação de vários factores, que vão além do IDE. Desde a fundação da RPC até 1978, foram concedidas ajudas aos países africanos, a maioria das quais baseada em considerações políticas e ideológicas. Mas, a partir das reformas económicas ocorridas em meados dos anos oitenta reduziu-se o grau de centralização nas empresas estatais e a economia chinesa expôs-se à concorrência internacional. Assim, começou-se a reconstruir a concepção de ajuda para África através da mudança para a colaboração entre empresas, com o objectivo de estabelecer os seus próprios projectos de desenvolvimento, favorecendo o triunfo do pragmatismo sobre as bases ideológicas.

Enquanto que os países africanos e ocidentais experimentam uma variedade de abordagens para o desenvolvimento económico, a China optou por se concentrar em abordagens práticas, como é o caso da estabilidade macroeconómica, elevadas taxas de poupança e preços controlados. No centro do seu modelo está uma construção sólida de base técnica, que garante o crescimento da sua economia, que também pode ser compreendido em termos de noções de poder. A posição da China contra as superpotências e a sua tentativa de garantir o apoio de todos os países africanos são indicativos do processo de evolução para um panorama mundial multipolar e de um equilíbrio internacional de poder.

Por último, reforça-se a ideia de que, do ponto vista chinês, as relações emergentes com África eram ideais, possibilitando as complementaridades económicas da abundância de recursos com mercados relativamente abertos para os seus bens e um clima de investimento que, surpreendentemente, reage positivamente (Alden, 2007), testemunhando a eficiência da política externa chinesa. Apesar do passado histórico ser um indicador, não nos permite dissipar as dúvidas quanto à dimensão e sentido dos ganhos futuros da presença chinesa para os países africanos.

CAPÍTULO III- ENQUADRAMENTO DE ANGOLA

A 25 de Abril 1974, o regime ditatorial vigente em Portugal foi derrubado. Com a mudança de rumo, o empenhamento militar das forças armadas portuguesas nas colónias deixou de fazer sentido. Os novos dirigentes predispunham-se a aceitar as reivindicações de independência dos países africanos, pelo que passaram a negociar as fases de transição com os movimentos de libertação empenhados na luta armada. Angola, localizada na costa ocidental da África Austral, conseguiu a independência de Portugal a 11 de Novembro de 1975¹⁴. Entre 1976 e 1991, deflagrou a primeira guerra civil do país, que aconteceu no campo e, entre 1992 e 2002, a segunda guerra civil, que atingiu dessa vez, as cidades. Desde a independência, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) conduziu o país. Durante a primeira guerra civil, teve oposição de duas facções: a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Inicialmente, estas reforçavam-se com as receitas do mercado negro dos diamantes, assistência militar e armamento chineses, ao passo que o MPLA era sustentado com as receitas do petróleo, equipamento militar soviético e tropas cubanas.

A guerra causou um estigma no perfil do país, sendo que, actualmente, uma boa parte da população não dispõe de um modo de vida recomendável, pois muitas das infra-estruturas ainda estão destruídas. A excepção tem sido a indústria petrolífera, que beneficiou das políticas pragmáticas do Governo, captando avultados investimentos estrangeiros para suportar os inúmeros problemas nacionais. Mediante isto, desde que foi alcançada a Paz (2002), Angola embarcou num processo de reconstrução onde predominam dois factores: a nível interno (o que fazer?) e a nível externo (angariar o apoio da comunidade internacional).

1. DAS DIVISÕES POLÍTICAS À NOVA CONSTITUIÇÃO

Angola sofreu, durante anos, uma inconstância política. O primeiro ciclo político verificou-se com as linhas de força do Estado angolano, entre 1975, o ano da independência de Angola, e o ano de 2002, em que morreu Jonas Savimbi, líder da UNITA. Nesta fase, a UNITA padecia de dificuldades porque era muito personalizada, enquanto o MPLA tinha uma máquina distribuída por todo o país, era um *Estado-sombra*. Em 1990, a UNITA reconheceu,

¹⁴ O Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência de Angola.

oficialmente, Eduardo dos Santos como Chefe do Estado angolano e o MPLA prometeu a introdução de reformas democráticas no país, aprovando uma lei que autorizava a criação de novos partidos, pondo fim ao mono partidarismo. Mais tarde, em Setembro de 1992, realizaram-se as primeiras eleições. A população acorreu em massa, para demonstrar a intenção de pertencer ao mundo das nações livres e democráticas. Mas, o resultado do desfecho desiluiu. A guerra reiniciou-se e terminou cerca de uma década mais tarde, depois do assassinato do líder da UNITA. Assim, Angola entrou numa segunda fase (a actual), onde é muito importante a sua reconversão. A dinâmica da política Sul - Sul é crucial para Angola conseguir delinear os interesses geopolíticos próprios, independentes de outros. A Nigéria não conseguiu, e o Sudão e Marrocos ainda estão a tentar.

Os partidos da oposição estão fragmentados e desorganizados, impossibilitando uma alternativa. As últimas eleições legislativas, a 5 de Setembro de 2008, evidenciaram-no, ao concederem uma indiscutível vitória ao partido do Governo. Independentemente do resultado, manteve-se a hegemonia do MPLA (como era previsível), o que permitiu afastar algumas críticas ocidentais sobre a legalidade do actual executivo e do Presidente angolano, Eduardo dos Santos. O Governo passou a ter legitimidade para modificar a Constituição, sem ter necessidade de dialogar com a oposição ou a sociedade civil. Demonstrando que o poder se exerce de forma rígida, unitária e repressiva. No entanto, o Estado centralizado revela fragilidades intrínsecas que lhe dificultam a acção e que, em especial, o impedem de “chegar” de forma uniforme, a todas as parcelas do território. Em Angola verifica-se um centralismo de Luanda como símbolo político. A macrocefalia da capital, enquanto cidade primacial, gera grandes assimetrias no desenvolvimento de Angola, traduzindo-se na exclusão de regiões.

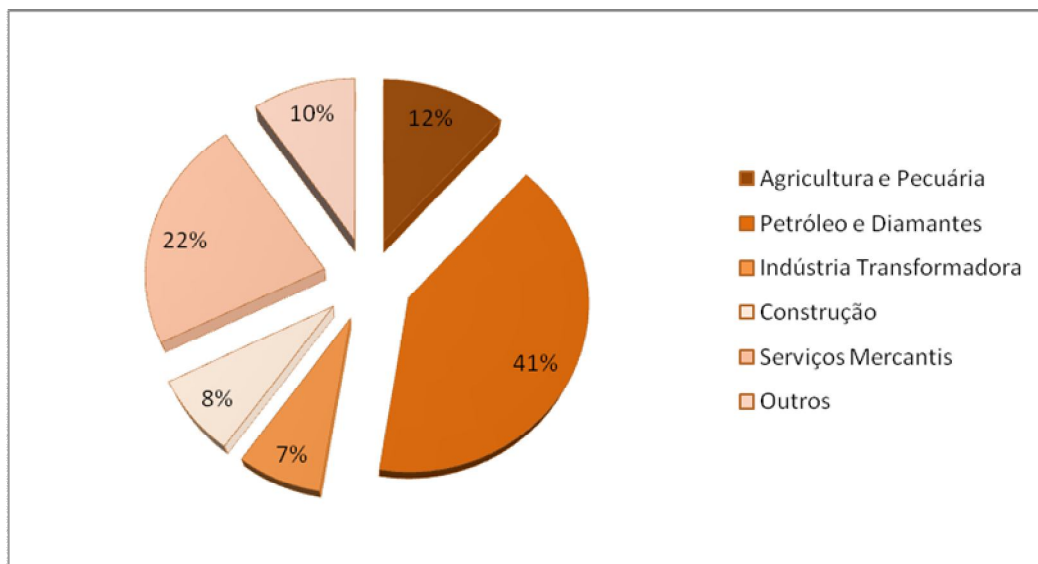
A nova Constituição da República angolana¹⁵, aprovada a 13 de Janeiro de 2010, terá sido, porventura, um exemplo da realidade política angolana em duplo sentido: por um lado, é o reflexo das actuais características do Estado e do modo como se pratica política em Angola; por outro, poderá potenciar o afastamento da sociedade civil da política e, indirectamente, incentivar o aparecimento e reivindicações de poderes e de identidades locais (manifestações de etnicidade), entendidos como obstáculos à criação de uma unidade nacional, em Angola.

¹⁵ *Altera o modo de eleição presidencial, que deverá agora depender das eleições legislativas, uma vez que o presidente será nomeado pela maioria parlamentar. Deverá ser eleito em 2012, altura prevista para ocorrerem as eleições gerais.*

2. CARACTERIZAÇÃO DE ALGUNS SECTORES DE ACTIVIDADE

Após a descoberta das primeiras jazidas de petróleo em Angola, em 1955, a posição ocupada pelo café e diamantes, como principais fontes de rendimento, veio a ser, lentamente, substituída. A comercialização interna e a exportação destes bens coadjuvavam a aquisição de receitas cambiais, essenciais para salvaguardar o abastecimento da indústria transformadora. Ainda que a indústria fosse pequena em termos gerais, era uma das mais importantes no contexto da África Subsaariana. Entre 1964 e 1972, durante a governação de Sousa Coutinho, reverteu-se a estrutura da economia, promovendo um aumento substancial da quota de sectores de mineração e de serviços, na composição do PIB. Desde então, registou-se um forte decréscimo da economia angolana, correspondente à combinação de múltiplos factores, em particular, a confrontação militar e saída dos portugueses, os quais asseveravam, em grande medida, a gestão da economia, tanto a nível empresarial como governamental. Acentuou-se a tendência para a concentração na mineração em particular petróleo, em detrimento de outros sectores (Gráfico 3). Porém, apesar do seu reduzido peso, a agricultura e pecuária, indústria transformadora e construção são igualmente importantes para o futuro do país (ANEXO VI), sobretudo tendo em vista a necessária diversificação da sua economia.

GRÁFICO 3 - PIB POR SECTORES DE ACTIVIDADE (2008)



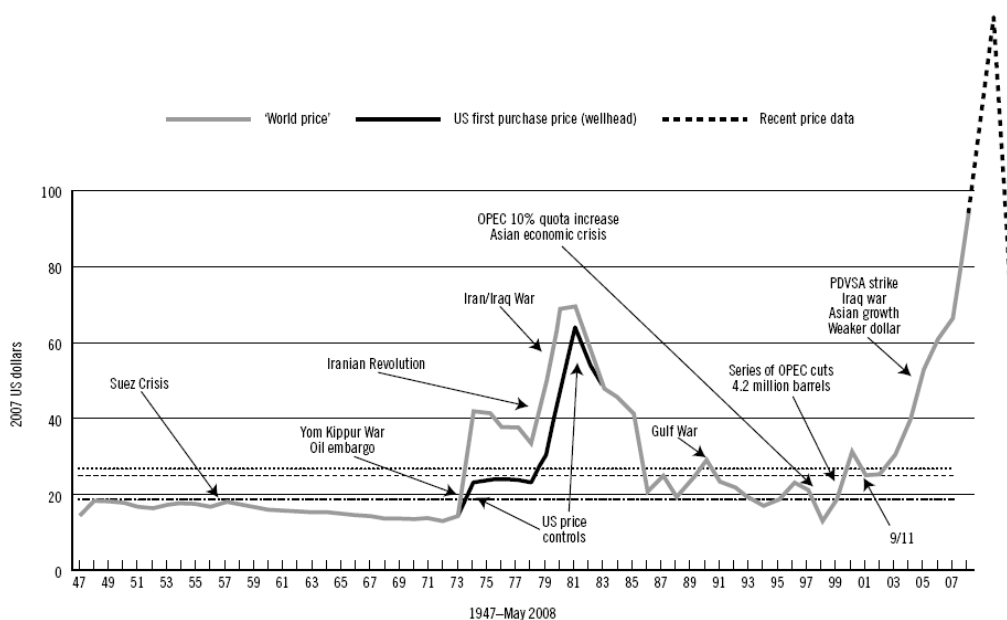
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do BPI (2010)

2.1.SECTOR PETROLÍFERO

A principal instituição de Angola no sector petrolífero é a Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola). Esta empresa pública petrolífera, que será detalhadamente analisada neste trabalho, tem vindo a desempenhar, desde a sua fundação, em 1976, um papel

preponderante no ramo desta indústria, através de múltiplas atribuições, incluindo funções de natureza comercial, parafiscal e reguladora. Contém mais de trinta empresas subsidiárias, que operam em sectores tão diversos como a banca, a indústria, as telecomunicações e os transportes. Concomitantemente com a sua influência política e acesso privilegiado ao capital, pode criar impedimentos à entrada de novos agentes neste segmento de mercado. O petróleo converteu-se num produto estratégico para muitos países, sobretudo após os choques petrolíferos da década de 70, devido à forma desigual com que é distribuído (Gráfico 4). Na última década, o aumento da procura mundial e as dificuldades com produtos energéticos concorrentes acentuaram a sua importância.

GRÁFICO 4 - HISTÓRIA DOS PREÇOS DO PETRÓLEO (1947 – 2008)



Fonte: *F.Gerard Adams(2009)*

Em Angola, o petróleo continua, e continuará, a médio-prazo, a ser o principal catalisador da economia. Entre 2004 e 2007, Angola registou um aumento na produção global, superando países como o Brasil, Azerbaijão, Líbia e Cazaquistão. Mais tarde, ultrapassou, brevemente, a Nigéria, como principal produtora de petróleo em África. Contudo, está sujeita às permanentes volatilidades do mercado petrolífero, devido à sua quase mono-exportação. A evolução do preço do petróleo é relevante não só para o produto gerado neste sector como para o estímulo induzido pelas despesas públicas, já que os baixos preços do crude e, por conseguinte das receitas fiscais inibem a adopção de uma política fiscal mais expansionista, nomeadamente em termos de investimento público (Banco Mundial, 2008/2009). Neste

contexto, se observarmos a tendência dos preços petrolíferos (ANEXO VII), o progresso registado não teve continuidade em 2009, dando origem ao adiamento de projectos de investimento, ainda que se mantenham claramente acima do “trend” das últimas décadas.

«Para a próxima década, os preços nominais devem permanecer na faixa dos 70 a 80 dólares por barril, e num prazo mais longo fixar-se entre os 70 e 100 dólares», como suporta um relatório da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). O cartel responsável por cerca de 40% da extracção do crude mundial revê, em alta, a sua previsão para a procura mundial do petróleo em 2010, que resulta do aumento esperado da procura, sobretudo dos países emergentes, liderados pela China e Índia. Importa referir, ainda, que Angola está inserida, desde Dezembro de 2006, na OPEP. Como tal, está limitada em função das quotas impostas, que entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2009¹⁶. Segundo o actual Presidente da OPEP – Botelho de Vasconcelos – as reservas provadas de petróleo em Angola estão estimadas em 13,1 mil milhões de barris de petróleo, suficientes para sustentar uma produção constante de um milhão e novecentos mil barris de petróleo por dia, durante 15 anos. Vasconcelos acrescentou que, ao longo dos anos, a relação entre a produção e as reservas tem sido equilibrada (OJE/Lusa: 17 Dezembro de 2009). Seja como for, a prospecção de novas jazidas é um dos aspectos principais das economias petrolíferas.

2.2.SECTOR AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Em Janeiro de 2008, o Governo disponibilizou uma linha de crédito agrícola de 350 milhões de dólares, com a finalidade de financiar pequenos e médios produtores, associações e cooperativas agro-pecuárias. Para além disso, e de acordo com o relatório do Espírito Santo (2010), o BDA (Banco de Desenvolvimento de Angola) irá apoiar, financeiramente, 72 projectos do sector agrícola e da pecuária. Estas medidas são importantes para ser um mercado competitivo e revitalizar um sector que ainda não tem a dimensão pretendida, tendo em conta que este pode desempenhar a função de reduzir situações de pobreza extrema.

2.3.INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Neste sector, o Governo Angolano planeia investir 397 milhões de dólares na construção de infra-estruturas, o que poderá proporcionar um crescimento de mais de 30%, com benefício directo na criação de mais 12 mil postos de trabalho. Este investimento faz parte do Programa

¹⁶ Angola é autorizada pela OPEP a produzir 1,9 milhões de barris por dia. Para termo de comparação, Portugal consome 350 mil barris por dia e Espanha 1550.

Executivo da Indústria Transformadora que se propõe criar 695 fábricas, distribuídas por 12 pólos industriais.

2.4.SECTOR DE CONSTRUÇÃO

No rescaldo da guerra, a escassez de infra-estruturas constatou-se a vários níveis e no final o país tinha praticamente tudo para construir. A partir de 2005, iniciou-se a reconstrução nacional e a reabilitação definitiva de infra-estruturas. A construção, assim como a agricultura e a pesca, têm apresentado uma taxa de crescimento elevada nos últimos anos, que pode ser ilustrada através da evolução do seu contributo para a formação do PIB nominal (ANEXO VIII). Em 2006 correspondia a 4,3% do PIB, face a 7,6% em 2009, patamar onde, agora, se perspectiva que estabilize. Estas actividades de construção têm-se repercutido no PIB não petrolífero.

3. ANÁLISE DA CONJUNTURA ACTUAL DA ECONOMIA ANGOLANA

A economia angolana é sustentada por recursos petrolíferos, com efeito, depois do acordo de paz, como a cotação do petróleo estava em alta, entre 2002 e 2007, o país cresceu 15% por ano. Em 2007 - 2008 teve o maior crescimento económico de África (ANEXO IX). Mas, quando houve uma quebra abrupta na cotação do petróleo, a economia angolana passou por uma situação aflitiva: o crescimento que se vinha a registar no mercado petrolífero de 20,4%, em 2007, e 12,3%, em 2008, teve em 2009 um crescimento negativo de 3,6%. O desempenho da economia angolana não ficou imune à crise global, que se assumiu como uma barreira. Desde então, a inflação tem-se afastado dos valores pretendidos, prevendo as autoridades angolanas que, em 2010, se situe nos 13%. Este valor parece difícil de atingir, tendo em conta a desvalorização da moeda, apesar de se observar uma estabilização das reservas cambiais, num intervalo de 12 e 13 mil milhões USD (ANEXO X).

As previsões apontam para que a economia angolana retome uma taxa de crescimento económico mais expressiva, em torno dos 7% - 8% ainda que longe do *boom* de 2007-08 (Tabela 2). No entanto, estes valores foram revistos em baixa recentemente, para cerca de 4,5% em 2010.

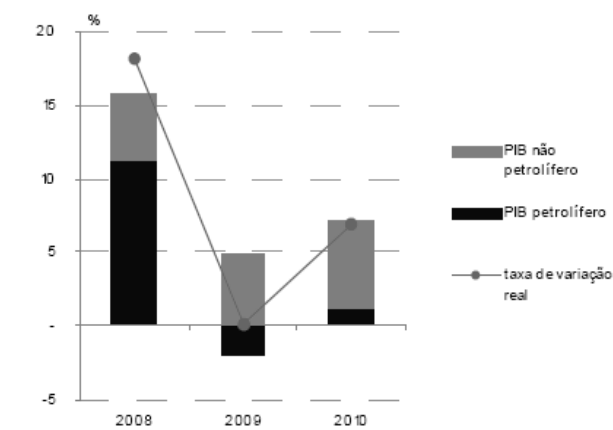
TABELA 2 - ANGOLA: PREVISÕES DA TAXA CRESCIMENTO REAL DO PIB

	2009		2010	
	Anterior	Actual	Anterior	Actual
FMI	0,2%	-0,4%	9,3%	7,1%
MINFIN	6,2%	1,3%	-	8,6%
BPI	-2,0%	0,1%	6,0%	7,2%
ES RESEARCH	2,0%	-	10,0%	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do FMI, MINFIN, BPI e Espirito Santo Research

A justificação desta recuperação dever-se-á, em primeiro lugar, ao referido aumento dos preços do *crude*, que possibilitará um crescimento do PIB petrolífero de 3%, e, em segundo lugar, às perspectivas de aceleração de crescimento do sector não petrolífero (Gráfico 5), dado o clima mais favorável ao investimento e à diversificação económica, actualmente existente.

GRÁFICO 5 – ANGOLA: PIB, NA ÓPTICA DA PRODUÇÃO, INCLUINDO TAXA VARIACÃO REAL (2008 – 2010)



Fonte: BPI (2010)

O desenvolvimento angolano provém, ainda exclusivamente, da forma como as receitas petrolíferas são geridas e utilizadas. Estas incorrem na política externa¹⁷, onde um dos objectivos de Angola é a credibilização no contexto regional. Para isso, o petróleo contribui de forma decisiva. Contudo, como acontece noutros casos, a desmesurada concentração neste

¹⁷ Angola tem feito uma política externa de fora para dentro, procurando ganhar visibilidade internacional. Por exemplo com presenças na SADC e no Conselho de Segurança e membro fundador da União Africana. Na cooperação regional ao nível da segurança participa na CEAC.

sector tem sido prejudicial para a economia não mineral¹⁸. Indústrias que eram robustas e contribuíam de forma importante para a economia angolana antes da independência, ainda permanecem fracas ou deslizam para a irrelevância. Como tal, não existe uma total correlação entre as riquezas naturais e a economia não mineral, ainda que exista um esforço, embora tímido, para desenvolver o país, face à dependência mineral. Segundo o economista do Banco Mundial – Ricardo Gazel - «*A paisagem económica angolana melhorou nitidamente em 2009 mas as debilidades da economia permanecem devido à grande dependência do petróleo durante os próximos anos*» (Jornal de Angola: 03 Fevereiro de 2010). Numa perspectiva de longo prazo, o imperativo de diversificação coloca-se claramente perante a economia de Angola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luanda é uma placa giratória, onde se cruzam os fios da política africana e se tecem as estratégias a adoptar. Os eixos EUA e Europa medem forças com países como a China e o Brasil, sendo estes os principais privilegiados por Eduardo dos Santos. A principal conveniência deste conjunto de países é, sem dúvida, o acesso ao mercado petrolífero. Mas, para Angola, nem tudo são vantagens. Parece inquestionável que o petróleo ainda não beneficiou toda a população angolana, existe um desenvolvimento interno extremamente desigual, entre a indústria petrolífera e os outros sectores.

Nesta perspectiva, pode-se considerar que os grandes objectivos de Angola para o futuro se baseiam: na recuperação do seu papel regional, não só no que se refere ao crescimento e desenvolvimento do país, mas também à reconquista de um antigo estatuto, mais sólido e menos dependente do ponto de vista económico e comercial; procurar estabelecer alianças necessárias como meio de garantir a estabilidade do país e proteger os seus interesses estratégicos e económicos; e almejar progredir até atingir as características de actor global. Para isso, necessita centrar a sua atenção no eixo de relações bilaterais, aliciando os seus parceiros para os sectores dissemelhantes do petrolífero, de modo a garantir uma efectiva diversificação económica. Dentro destes sectores evidenciam-se numa primeira fase, a agricultura, onde o elevado potencial de Angola ainda está muito aquém de ser devidamente explorado, e a construção. Em relação ao primeiro, procurar canalizar fundos que permitam o

¹⁸ Informações adicionais sobre o petróleo como reforço da política do rent-seeking da elite angolana, ver: FERREIRA, Ennes (2005).

desenvolvimento, juntamente com a criação e reabilitação de infra-estruturas de transporte e armazenamento. Quanto ao sector de construção, encarar o desafio de outorgar resposta às grandes carências habitacionais e infra-estruturais. As debilitadas condições logísticas são reconhecidas como um factor de estrangulamento da oferta e, logo, um dos principais obstáculos a um sistema de crescimento mais sustentável e equilibrado.

CAPÍTULO IV - CONVERGÊNCIA DE INTERESSES

Com o fim da guerra, havia condições para uma maior estabilidade e, simultaneamente, com a China a tornar-se grande importador de petróleo e investidor entusiasta no exterior, a economia angolana experimentou uma viragem na sua sorte. Com efeito, as relações económicas sino-angolanas intensificaram-se sobretudo a partir de 2004, na sequência dos vários contactos diplomáticos de ambas as partes, mobilizando múltiplos actores económicos, públicos e privados. O novo quadro de cooperação está direccionado para o financiamento de projectos de grande envergadura, que dão resposta às necessidades energéticas da China e consolidam o lançamento do vasto Programa de Reconstrução Nacional de Angola. Estes desenvolvimentos vêm gerar importantes pólos de dinamismo económico e provocar alterações na estrutura da economia angolana. Em 2007, Eduardo dos Santos afirmou que: «*a China precisa de recursos naturais e Angola quer o desenvolvimento. Por este motivo os dois países estão empenhados numa cooperação construtiva*». Mais tarde, em 2009, o ministro chinês, Chen Deming, declarou que: «*a China está disposta a aumentar a cooperação com o seu maior parceiro comercial africano, Angola*». Os dois países reconhecem assim, de modo oficial, uma convergência mutuamente vantajosa.

1. A AFIRMAÇÃO DA CHINA EM ANGOLA

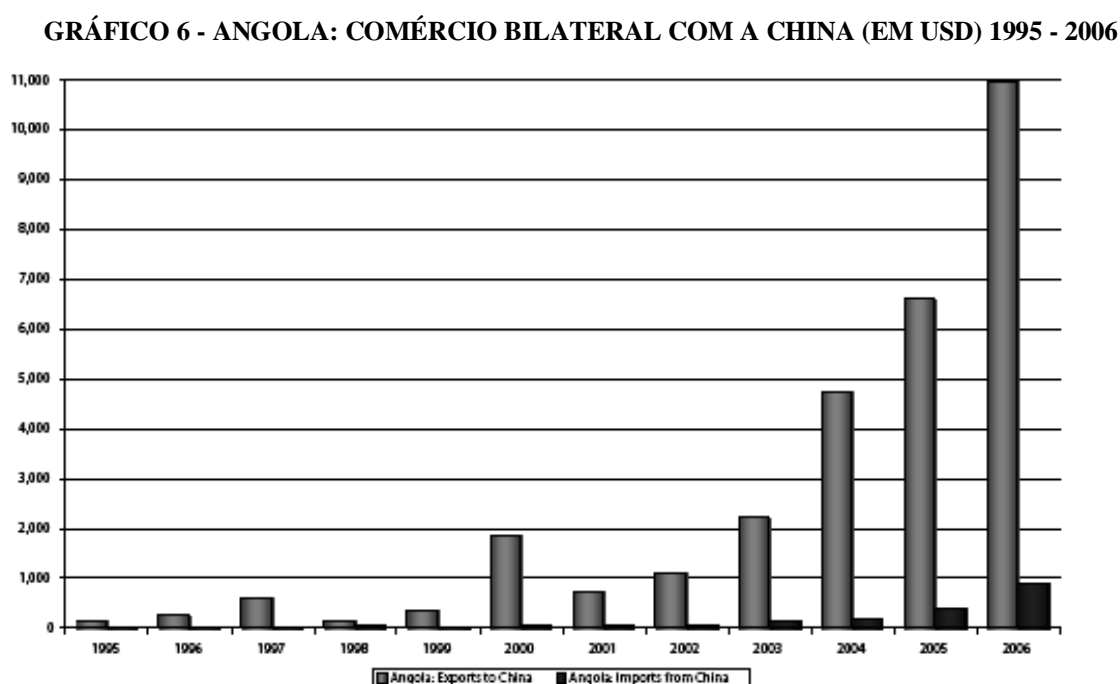
Nos primeiros anos do período anticolonial, como se referiu, a China forneceu apoio aos três principais movimentos de libertação do país, até à independência angolana. Posteriormente, o MPLA tornou-se receptor central da ajuda da URSS, o que levou a China a desviar o seu apoio para os outros dois partidos: a FNLA e a UNITA. Ainda que a China, numa fase subsequente, tenha cortado laços com a UNITA. Os dois países não estabeleceram relações diplomáticas até 1983, talvez, um reflexo da relação anterior. A China manteve um perfil comercial bastante abaixo do que viria a registar mais tarde, efectuando, apenas, pequenas intervenções, como por exemplo projectos de habitação de reduzido custo.

Como ficou demonstrado no capítulo III, as alterações na política externa chinesa ditaram o interesse na relação com Angola, suscitando diversos períodos de volatilidade (Esteves, 2008: 124). À semelhança dos outros países africanos, o auge da relação foi atingido em 2000, com a criação do FOCAC. Decorridos os dois anos seguintes, as relações fortaleceram-se do ponto

de vista económico. A entrada no mercado angolano permitiu assegurar o acesso ao mercado do “ouro negro”, colmatando as necessidades energéticas da máquina económica chinesa.

2. COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTO DIRECTO

O comércio bilateral entre a China e Angola acelerou-se, claramente, nos anos 2000. Ao longo da década de 1990, as trocas comerciais variaram entre 150 - 700 milhões de dólares. Em 2000, o comércio ultrapassou 1,8 mil milhões de dólares, e até ao final de 2005, aumentou para 6,9 mil milhões de dólares (Gráfico 6¹⁹).



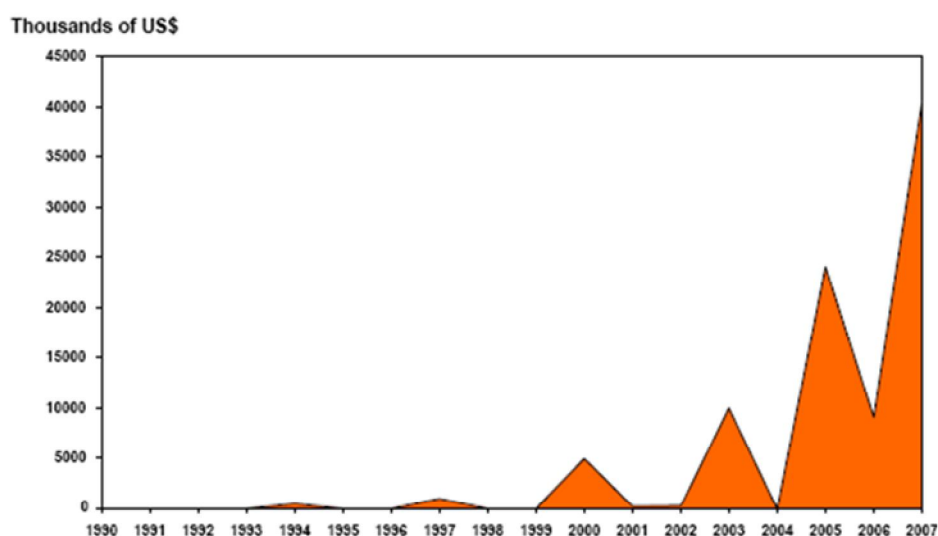
Fonte: *The China Monitor* (2007: 28)

Em 2007, as trocas comerciais quase que duplicaram, aproximadamente 12 mil milhões de dólares, tornando-se Angola o maior parceiro comercial da China em África (Vines e Campo 2008: 13). No ano seguinte, impulsionado pelos altos preços do petróleo, o comércio volta a crescer cerca de 79% em relação a 2007. Mas, em 2009, na sequência da crise global, registou-se um declínio. No entanto, no início de 2010, Zhang Bolun (Embaixador da China) sustenta que «*tivemos problemas financeiros no ano passado*», mas «*Angola continua a ser o primeiro parceiro comercial da China em África, ocupando o primeiro lugar*» (Jornal de Angola: 02 Março 2010).

¹⁹ Dificuldade na obtenção de dados mais recentes.

Além do comércio, a China reforçou, nos últimos anos, o IDE em Angola. Ainda que as estimativas do seu valor variem, as operações concentram-se no sector energético. Contudo, verifica-se um desenvolvimento de outros sectores (Gráfico 7²⁰). Mas, considerando o tipo de investimentos, as participações em áreas como a produção da siderurgia ainda não estão a ter efeitos positivos na economia angolana (devido, ainda, à falta de diversificação económica). Prevê-se que o IDE chinês em Angola aumente nos próximos anos, com novos acordos de cooperação com vista a atrair potenciais investidores, fornecendo protecção jurídica, credibilidade e estabilidade nos seus investimentos (Vines e Campo, 2008).

GRÁFICO 7 - IDE* DA CHINA EM ANGOLA (1990 – 2007)**



Fonte: Vines e Campo (2008: 14)

*Não inclui investimentos nos sector do petróleo e diamantes. ** Janeiro - Setembro

3. A PRIMAZIA DO PETRÓLEO COMO PRINCIPAL COMPONENTE DA ESTRATÉGIA CHINESA EM ANGOLA

Os quatro grandes problemas da humanidade (guerra, desenvolvimento, poluição e energia) estão directamente relacionados com o petróleo, parecendo também consensual o seu papel neste modelo económico. A necessidade de recursos energéticos e a escassez de recursos naturais internos fez com que surgisse uma primeira geração de multinacionais chinesas, sobretudo de propriedade estatal, como é o caso da CITIC e CNPC (Petrochina²¹). Mas, a estratégia de abertura de fronteiras na lógica do “*Go Global*”, exposta no capítulo III, fez com que surgissem novas gerações de multinacionais, centradas na indústria transformadora

²⁰ Dificuldade na obtenção de dados mais recentes.

²¹ Em 2010, ocupa o primeiro lugar na lista das 500 maiores empresas do mundo (FT)

competitiva, de forma a obter fontes alternativas seguras, no mercado internacional do *crude*. Angola, com todas as riquezas naturais que possui, fazendo do petróleo uma verdadeira renda do país, será, por assim dizer, o fornecedor natural da energia que alimenta as manufacturas e as indústrias chinesas. Para além de que a própria fragilidade das estruturas sociais, administrativas e económicas, da maior parte dos países africanos, torna mais fácil o intercâmbio comercial e financeiro sem constrangimentos legais, ambientais, sociais ou de outras ordens, que poderiam obstaculizar os propósitos da China.

Desde 2002, Angola tem sido um importante fornecedor de petróleo para a China em África (Tabela 3), ocupando, em 2004, a posição de terceiro maior fornecedor. Em 2006, o valor de petróleo transaccionado atingiu os 11,2 milhões de toneladas, suplantando outros parceiros como a Nigéria ou o Sudão, o que colocou o país no topo dos parceiros africanos (Esteves, 2008: 132). A partir de 2007, a China ultrapassou os Estados Unidos, como maior importador de petróleo angolano.

TABELA 3 - MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO PETRÓLEO BRUTO DE ANGOLA (2003 – 2007)*

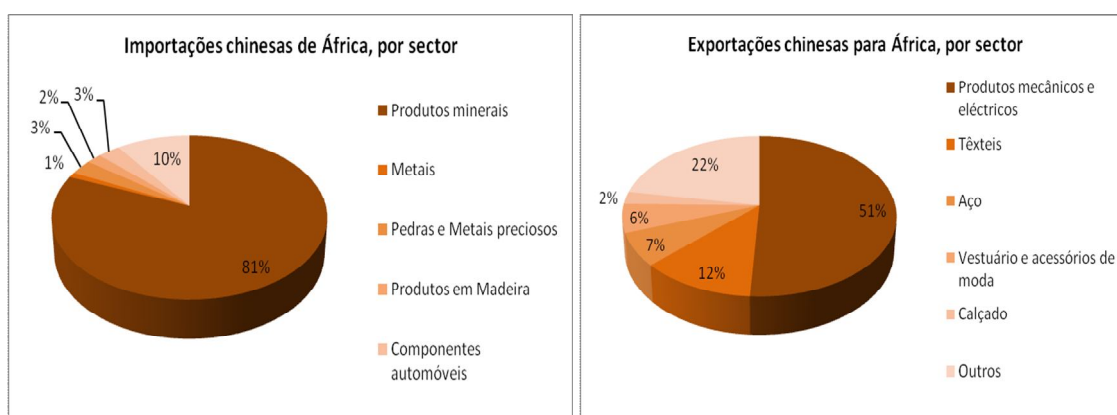
PAÍSES DE DESTINO	2003	2004	2005	2006	2007
África do Sul	37,0	165,0	340,1	543,1	1.722,2
Brasil	43,0	.	115,5	344,2	836,0
Canadá	117,2	88,3	1.364,3	1.644,7	2.595,4
Chile	67,1	406,6	1.103,0	1.070,3	750,7
China	1.837,0	3.711,4	5.590,9	8.996,8	12.499,1
Coreia	159,0	56,8	-	437,7	373,1
EUA	3.278,7	3.906,9	6.143,9	9.403,0	10.703,3
Espanha	57,0	181,4	546,4	286,5	636,1
França	472,4	641,8	1.777,1	1.033,9	2.483,3
Holanda	79,1	17,8	97,0	122,0	1.383,9
Índia	274,2	606,6	526,4	602,6	2.340,9
Israel	144,0	32,2	97,0	49,3	-
Itália	266,0	23,3	34,1	57,1	311,2
Japão	154,0	52,4	63,2	665,0	130,6
Portugal	127,0	.	28,3	-	627,7
Tailândia	244,0	-	87,7	113,5	57,5
Taiwan	690,4	694,3	909,0	1.558,1	1.779,1

Extremo oriente	-	-	-	-	1.081,8
Outros	299,3	1.857,1	3.603,9	3.000,8	1.905,3
TOTAL	8.530,4	12.441,9	22.583,2	29.928,6	42.217,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Anuário de Angola (2009/2010)

* Dados em milhões de dólares

Em 2008 as importações e as exportações sino-africanas verificavam-se nos seguintes sectores:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir EXAME (2010): pp. 26 e 25

4. O ROSTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO CHINESA: SECTOR DE CONSTRUÇÃO

4.1. INTERESSE CRESCENTE NOS PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS

Ainda que a motivação da maior economia emergente seja a sede de petróleo, a China sentiu uma necessidade de dar contrapartidas, repercutindo-se na assistência a projectos de reconstrução de infra-estruturas em Angola.

TABELA 4 - TOP 10 DOS PROJECTOS CHINESES EM ANGOLA

TOP DOS PROJECTOS MAIS VALIOSOS	VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES	PROJECTOS
1º	477,5	Reabilitação da estrada Caxito – Neto
2º	440,0	Aquisição de 5500 veículos para transportes urbanos
3º	211,7	Reabilitação da estrada Kifangondo – Caxito – Uíge – Negage
4º	160,0	Reabilitação da estrada Nzeto – Tomboco – Mbanza Congo

5º	143,9	4º fase de reabilitação e expansão de redes eléctricas de Luanda
6º	113,2	1º fase de infra-estruturas integradas no Zaire
7º	98,1	Aquisição de 7 barcos pesqueiros
8º	97,8	Aquisição de 5 embarcações patrulheiras
9º	95,3	Irrigação de terras no Caxito, Gangelas, Luena e Waco-Kungo
10º	93,2	4 Institutos politécnicos, 5 institutos de administração e gestão e 6 escolas secundárias

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados EXAME (2010)

Não é surpreendente que o sector da construção e obras públicas estejam na linha da frente do investimento no exterior, uma vez que a China acumulou substanciais de reservas cambiais e se tornou líder global de fornecimento de serviços de construção, com especialização nas obras civis de infra-estrutura (Chen et al., 2007). A preferência da China por Angola no contexto africano e porventura mundial deve-se, em grande medida, à capacidade de crescimento no sector de construção angolano. Em 2008, foi gerido pela China uma via entre Luanda e a província de Uíge, cuja execução foi da responsabilidade da CRBC (*China Road and Bridge Corporation*). Dias depois foi anunciado outro projecto de construção: uma estrada que permite ligar a província de Ondjiva e Humbe. A sua execução foi igualmente da CRBC. Iniciou-se uma série de projectos, reabilitação do transporte ferroviário, transmissão de infra-estruturas de energia e instalação de uma nova ligação de fibra óptica (Foster et al., 2009). Da mesma forma, os estádios para o COCAN2010, que se realizaram em Angola, tiveram o apoio técnico e financeiro da China. É difícil determinar com exactidão o número de construtores chineses a operar em Angola, mas, em Março de 2010, as construtoras chinesas Sinohidro e CITIC anunciaram a conclusão de vários projectos de obras públicas, e muitos deles já estão a funcionar.

4.2. PREEMINÊNCIA DAS CONSTRUTORAS CHINESAS

As construtoras chinesas são um parceiro estratégico na concretização de projectos em Angola, nomeadamente na modernização e construção de vias de transporte e de equipamentos sociais, como escolas e hospitais. Operam directamente em todo o país, e concentram-se nas províncias. Tornam-se competitivas, através do acesso ao capital, do apoio político de Pequim canalizado pelas missões de alto nível, pelo trabalho e por materiais de construção de reduzido nível de custo (Chen et al., 2007). A sua balança de capacidade ostenta pontos fortes superiores aos prejudiciais (cf. Figura 1).

FIGURA 1 - CAPACIDADE DAS CONSTRUTORAS CHINESAS



Fonte: Análise do autor a partir de um conjunto de relatórios

Os preços e a qualidade dos materiais chineses variam consideravelmente, à medida que os investidores chineses têm adquirido um número crescente de empresas de engenharia e tecnologias europeias e americanas. A capacidade de produzir materiais de acordo com os mais elevados padrões internacionais de qualidade começa a ser uma realidade.

O investimento em Angola é, tradicionalmente, visto como um empreendimento comercial de elevado risco, dado o ambiente de negócios, muitas vezes, inóspito e instável, sujeito às conjunturas (cf. ANEXO XI). No excerto do discurso de Wu Jiao, director de projecto da construtora chinesa Sinomach, comprova-se esta circunstância: *«é um processo a longo prazo. Temos de nos habituar à cultura e ao modo de vida local. Este é um país que se rege por padrões, a maior parte deles bastantes baixos»*. Para além destes contratempos, existem outros tipos de atrasos nos projectos. A infra-estrutura inadequada é uma das limitações para os negócios em África. As empresas africanas perdem 8% das vendas devido à falta de energia e 3% devido aos atrasos de transporte (Wang, 2007). Obstáculo semelhante prende-se com a língua oficial. Normalmente, os angolanos não falam inglês e os chineses não falam português. Têm sido apontados casos de maus-tratos aos trabalhadores angolanos, sendo utilizados, sobretudo, como mão-de-obra barata e pouco qualificada. Todavia, também se

sucedo o inverso, registando-se uma série de assaltos e ataques a chineses na região de Luanda (Diário de Notícias: 16 de Novembro 2009).

A estratégia chinesa perfaz uma redução do investimento directo a nível local, uma vez que importam materiais, tecnologia e trabalho directamente da China. Lucy Ash, jornalista da BBC, evidenciou na sua crónica “Crossing Continents” que, ao visitar os estaleiros de construção civil fora de Luanda, não viu operários angolanos a trabalhar, e apercebeu-se de que a maioria dos materiais de construção era importada da China. A aplicação deste modelo chinês em Angola gera, portanto, controvérsia. Conquanto, marca um período de regeneração rápida das infra-estruturas, que são uma condição necessária para a implementação e desenvolvimento de outras actividades em Angola, pois potencializam o crescimento do país. Daí que seja sobretudo este sector o primeiro a encontrar no mercado angolano grandes oportunidades de investimento, respondendo a uma procura em forte expansão. Se, por um lado, este modelo desencadeia contradições e assimetrias em relação aos interesses nacionais de Angola, por outro gera grandes oportunidades, sendo uma alternativa às décadas de ajuda falhada do Ocidente.

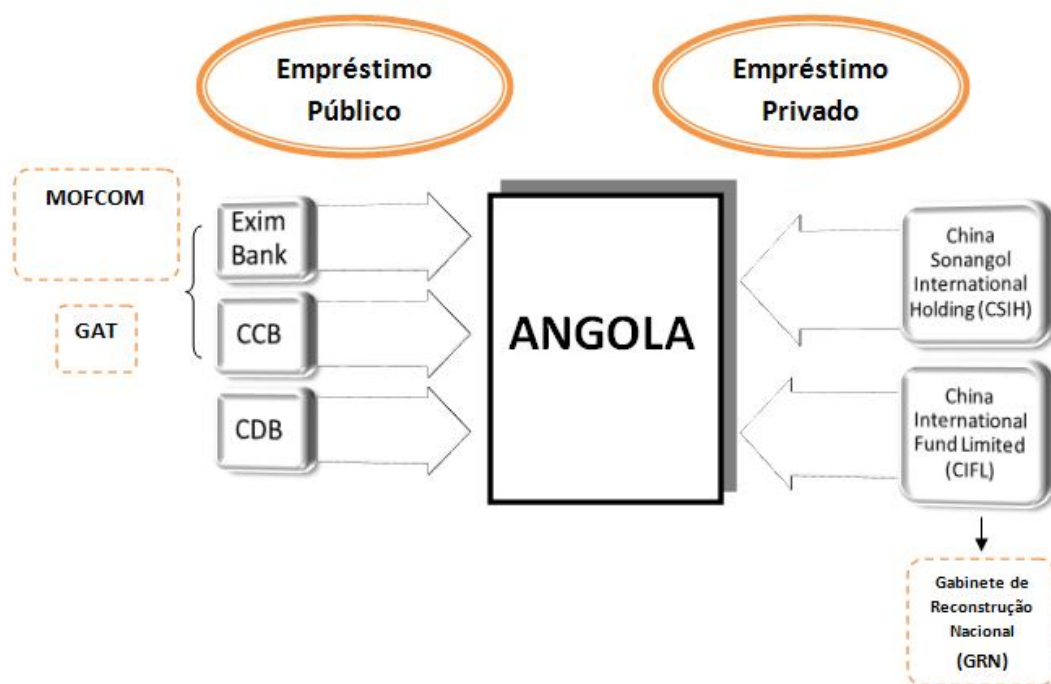
5. MECANISMOS DOS PROJECTOS CHINESES EM ANGOLA

A estrutura dos negócios dos projectos é relativamente complexa. Muitas empresas chinesas vão investindo no exterior, financiadas por empréstimos do Governo chinês. Os fundos disponibilizados permitem fornecer capital às empresas com actividades em África e apoiar os países africanos, em diferentes sectores. Os empréstimos concedidos pela China são livres de condicionalismos políticos, defendem uma política de “não interferência” nos assuntos internos e têm baixas taxas de juro.

Estes financiamentos chineses estão inseridos na estratégia de abertura iniciada nos anos 80, não correspondem ao tradicional investimento directo, uma vez que as linhas de crédito são aplicadas para afirmação das empresas chinesas em Angola. Podem ser visto como um investimento de longo prazo em termos de facilitação de negócio, porque fornecem meios e dinâmica a Angola, para garantir a reconstrução das suas infra-estruturas. A China conta com vários departamentos governamentais e instituições financeiras que administram vários tipos de empréstimos (cf. Figura 2). Os contratos financiados pela *China EximBank*, não têm que ser registados na ANIP (Agência Nacional para o Investimento Privado), ao invés, são contabilizados no âmbito do Programa de Investimento Público. Este banco é usado em países

que não podem fornecer garantias financeiras suficientes e os termos e condições acordados são realizados numa base bilateral dependente do projecto. Os empréstimos privados, CIFL (*China International Fund Limited*) e CSIH (*China Sonangol International Holdings Limited*), têm como intenção promover o capital de desenvolvimento em Angola.

FIGURA 2 – FINANCIAMENTO CHINÊS EM ANGOLA



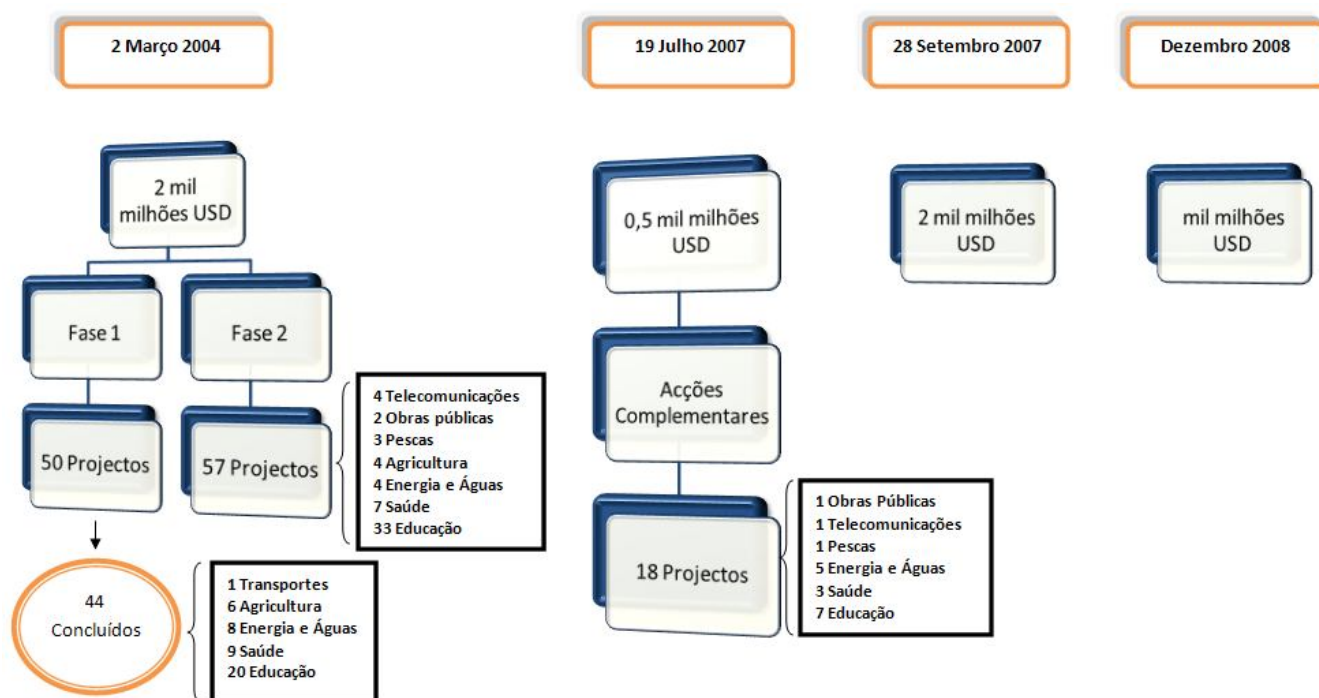
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do estudo e análise de um conjunto de relatórios

A maioria das empresas chinesas inseridas em projectos é pública, mas as empresas privadas têm vindo a crescer e a competir activamente nos contratos, nomeadamente no sector da construção, apesar de receberem menos assistência do Governo e menos informações das tendências do mercado (Wang, 2007).

5.1.FINANCIAMENTO PÚBLICO

As autoridades angolanas e chinesas definiram vários pacotes de financiamento no âmbito da cooperação económica e comércio bilateral (cf. Figura 3).

FIGURA 3 - ANGOLA – CHINA: 5 ANOS, 4 ACORDOS e 5,5 MIL MILHÕES DE DÓLARES



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do MINFIN

Em Março de 2004, no decurso da visita a Angola, do vice primeiro-ministro chinês, Zhang Peiyang, foi estabelecido um protocolo com o CCB (*China Construction Bank*) e a *China EximBank*, em que estes concederam um pacote de 2 mil milhões de dólares ao Governo angolano, destinado a projectos da reconstrução nacional. Este acordo materializa a primeira grande operação financeira do Estado angolano no período pós-independência. A 19 de Julho de 2007, o Ministério das Finanças de Angola assinou com a *China EximBank* uma nova tranche de 500 milhões de dólares para satisfazer “acções complementares”, de projectos da primeira fase que não tinham sido orçamentados. Concluída a primeira fase, as autoridades de ambos os países evoluíram para a negociação de uma nova linha de crédito no valor de 2 mil milhões de dólares, cujo acordo foi assinado a 28 de Setembro de 2007. Em contrapartida, a China garantiu 10 mil barris de petróleo por dia. As condições associadas às exportações chinesas foram relaxadas, mas foi garantido uma maior participação local: 70% de empresas chinesas e 30% de subcontratação de empresas angolanas. No total, *China EximBank* já alargou os seus financiamentos para 4,5 mil milhões de dólares. Em Dezembro de 2008 foi assegurado uma parcela de mil milhões de dólares, concedida como uma prolongação de empréstimos anteriores, pois é prorrogado pela *CDB* e possibilita o aumento da cooperação

em projectos no sector agrícola, sem ter como contrapartida o acesso ao petróleo bruto (cf. ANEXO XII).

Em troca dos financiamentos chineses, o Governo angolano outorgará o direito de aceder aos recursos naturais, por meio de aquisição de participações de capital de uma companhia de petróleo nacional ou através de licenças para produção. O propósito destes elevados montantes de financiamento é que Angola os use na reabilitação dos principais eixos rodoviários e pontes, melhoramento do fornecimento de energia e água, investimento no capital humano (educação e saúde), agricultura e telecomunicações.

TABELA 5 - RESUME DO INVESTIMENTO (EFFECTIVO E ANUNCIADO) PELA CHINA EM ANGOLA

ÁREAS	VALOR, MILHÕES DE DÓLARES	% DO TOTAL	NÚMERO DE CONTRATOS	% DO TOTAL
Obras públicas	905,5	19,9	3	3,8
Educação	642,5	14,1	19	24,1
Transportes	572,8	12,6	4	5,1
Agricultura	530,6	11,7	9	11,4
Energia	514,1	11,3	13	16,5
Saúde	409,3	9,0	13	16,5
Telecom e Televisão	408,2	9,0	6	7,6
Projectos integrados	270,3	5,9	3	3,8
Águas	252,8	5,6	8	10,1
Justiça	41,1	0,9	1	1,3
TOTAL	4547,2	100,0	79	100,0

Fonte: Elaborado com base nos dados da EXAME (2010)

Pela análise desta ilustração, comprova-se que o dinheiro chinês está a ser mobilizado para as áreas acima descritas. Para o processo de adjudicação dos projectos em Angola, o Governo chinês selecciona três ou quatro empresas que tem de ser aprovadas por uma comissão conjunta entre MOFCOM e o Ministério das Finanças de Angola. Raramente existe divergência entre as partes, porque cada projecto é considerado uma prioridade (Vines e Campo, 2008). Foi acordado que os concursos públicos para a construção e contratos de engenharia civil seriam concedidos, principalmente, a empresas estatais chinesas, autorizadas

pelo Governo chinês. Os projectos atribuídos a cada sector são geridos pelos respectivos ministérios de Angola, enquanto o Ministério das Finanças de Angola coordena o processo de atribuição de fundos. Todos os projectos são inspeccionados por terceiros, nomeadamente, o GAT (Gabinete de Apoio Técnico) que supervisiona a execução dos projectos financiados pela *China EximBank* e garante uma rápida e eficiente conclusão dos projectos. Assim, o empréstimo funciona como uma conta-corrente, em que a *China Eximbank* transfere os montantes acordados directamente para a conta dos empreiteiros. O pagamento começa logo que o projecto termine. Caso não tenha sido realizado, não haverá direito a reembolso (Vines et al., 2009).

5.2.FINANCIAMENTO PRIVADO

Além das linhas de crédito públicas, foram fornecidos montantes de financiamento e de investimento, em Angola, que podem ser divididos em duas empresas: CSH e CIFL. O primeiro, fundado em 2004, é constituído sob as leis de Hong-Kong e envolve-se, principalmente, na gestão e operação dos projectos no sector da energia, particularmente na exploração do petróleo, gás e minerais e na produção do petróleo bruto, 70% é detida pela *Beiya International Development Limited (Beiya)* e 30% pela *Sonangol*. No que respeita ao CIFL é responsável pelo financiamento e gestão de projectos de empresas de construção chinesas que operam em Angola. Em 2005, concedeu a quantia de 2,9 mil milhões de dólares para apoiar a reconstrução de infra-estruturas, no período do pós-guerra. Estes fundos são administrados pelo GRN (Gabinete de Reconstrução Nacional), criado por Eduardo dos Santos e chefiado pelo general Hélder “Kopelipa”, que também é Ministro na Presidência. No entanto, revelam pouca transparência e responsabilização. Ao longo de 2007 e 2008, muito dos projectos da GRN chegaram a um impasse, provocando uma série de especulações correntes. Entre os exemplos desta posição, estão as dificuldades da CIFL em angariar fundos que permitam concluir os projectos. Como resultado, os empréstimos da *China Eximbank* são usados para continuar os programas do GRN, levando o Ministério das Finanças de Angola a socorrer-se de recursos domésticos. «*Está implícito que, pela primeira vez, os fundos angolanos são utilizados pelas empresas chinesas para acautelar a conclusão dos projectos*» (Vines e Campo, 2008).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China está a aprofundar a sua presença num mercado tradicionalmente dominado pelo Ocidente, e, para conseguir obter uma elevada parcela, oferece uma rota diferente para a estabilidade. Como considera Archer Manguera num artigo da EXAME, as decisões estratégicas chinesas são baseadas em três princípios fundamentais: o *Tempo*, *Espaço* e *Conhecimento*. O *Tempo* é para os chineses uma arma competitiva, ao qual permite que os angolanos concretizem os investimentos com uma enorme rapidez; o *Espaço* representa a visão estratégica da China no que toca à sua perspectiva de opções de médio e de longo prazo, sob o ponto de vista geopolítico e geoeconómico; o *Conhecimento* consiste na introdução em Angola de tecnologia mais avançada produzida na China, cuja ampliação permitirá evidenciar outra dimensão da cooperação. Por outro lado, esta potência asiática necessita desesperadamente de matérias-primas para sustentar o seu ritmo de crescimento, como tal começou a indagar contratos de exploração e fornecimento em Angola, concorrentes com Estados produtores, através de meios tão diversos como a concessão de largas doses de apoio financeiro, o cancelamento de dívidas e os investimentos em infra-estruturas (Alves, 2010: 25). Sobre este último ponto, ressaltamos o ressentimento das elites angolanas em relação aos antigos colonizadores do continente, que, no seu modo de ver, nunca se empenharam na construção, à excepção daquilo que fosse necessário para o escoamento da produção primária. Ainda que a maioria dos investimentos chineses seja em estradas, ferrovias e portos - relacionadas com a exportação de petróleo e outros recursos naturais para a China - existem, no continente africano, muitos investimentos chineses em escolas, hospitais e redes eléctricas que, por um lado, dão retaguarda à presença de cidadãos chineses na região, por outro, também beneficiam a população angolana, em geral. Contudo, o modelo chinês não é perfeito, apresentando algumas contingências.

CAPÍTULO V - EMPRESAS CHINESAS EM ANGOLA

A análise dos relacionamentos empresariais da China em Angola não se deve cingir à díade em si, deve ser igualmente analisado o contexto no qual as empresas se inserem. Consideramos que qualquer empresa se insere numa complexa rede de relacionamentos, rejeitando a visão de uma empresa como uma ilha isolada. Para ilustrar, temos o caso das empresas chinesas, que como vimos, seguem uma estratégia baseada na segurança de suprimento das matérias-primas, que permita dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento. Este capítulo dá atenção ao modo de actuação da estratégia referida anteriormente, que se realiza através de contratos comerciais de longo prazo ou de investimentos directos na exploração ou produção, muitas vezes realizados sobre a forma de *joint-venture* com empresas locais. Como resultado, este modelo de negócios, em Angola, contempla diversas interacções entre empresas ao longo do tempo e envolve diferentes ministérios e actores individuais (ANEXO XIII). As origens destas empresas permanecem pouco claras: são aceites como “privadas”, apesar de existirem indicações de que têm laços estreitos com o Governo chinês ou membros da sua nomenclatura. A estratégia global do Governo chinês passa por alargar o número de multinacionais chinesas a ocupar uma posição de destaque na economia mundial.

1. O PAPEL DOS ACTORES CHINESES NA REDE DE NEGÓCIOS

A rede de negócios sino-angolana desenvolve-se em torno de amizades pessoais, conquistadas ao longo dos tempos. Um clima de confiança, designado pelos chineses como *Guanxi*, é essencial para fazer negócios com a China, este pressupõe um relacionamento estreito, baseado numa experiência acumulada e um comprometimento com objectivos mutuamente aceites. Ao contrário do Ocidente, *Guanxi* não é apenas uma rede de relações (*network*), representa uma forma de estar associada a 5 mil anos de história chinesa, e que inclui valores milenares e uma cultura incomparável. De outra forma, não consideram viável a criação de relações estáveis e duradouras, que se traduzam em benefícios comuns e num reforço de competitividade (Brito, 1993). São vários os intervenientes envolvidos nesta rede que ocupam posições - chave.

Tendo em conta os pressupostos anteriores é importante considerar o papel individual. Neste sentido façamos uma breve abordagem aos principais actores com reflexos no palco angolano,

a partir das informações recolhidas no relatório do “*The 88 Queensway Group*”, que é realizado por uma equipa da *U.S. - China Economic & Security Review Commission*, sobre o consórcio de empresas chinesas sediadas no mesmo endereço. O rosto público é a senhora Lo Fong Hung. Presentemente, lidera trinta e quatro sociedades: é presidente da CIFL, vice-presidente da CSH e da Endiama. O seu marido, Wang Xiangfei, é um ex-director da *China Everbright Group*, e é, actualmente, director não executivo da CITIC. Ambos têm ligações à *China Petroleum & Chemical Corporation* – mais conhecida por *Sinopec*. Esta empresa, constituída no início de 2000, é uma das principais produtoras e comercializadoras de refinados e petroquímicos da China. Veronica Fung também tem uma posição de destaque. É a directora de, pelo menos, vinte e quatro sociedades, e, pouco antes de se tornar directora da *New Bright International Development Limited*, geria um fundo público. Quanto a Kwan Man Fai, desde 2003 que conservava uma posição importante em pelo menos cinco empresas da rede de negócios mencionada. Mas a partir de 2008, não foi mais identificada com nenhuma das empresas. Wu Yang, actual director de 14 empresas, é também uma pessoa - chave nesta rede. Foi nomeado, em Angola, vice-presidente da *Sinopec*. Ainda que não conste da lista de nenhum dos relatórios anuais da *Sinopec*, renunciou o cargo de director executivo da *Beijing Yanhua, Ltd*, subsidiária da *Sinopec*. Por fim, uma das pessoas sobre quem incide mais incerteza é Xu Jinghua. Em vários relatórios é dado como Presidente da CIFL, controlando o comércio de petróleo e as operações de construção das infra-estruturas de Angola.

2. AS ORIGENS E A EXPANSÃO DAS EMPRESAS CHINESAS

Cada vez mais, as empresas optam por se concentrar no seu *core business*, levando a uma crescente necessidade de criar vastas redes relacionais, que se espalham no exterior. Como resultado, em 2003, foi constituída, na China, a companhia *Beiya*, repartida, com 70% referente à *New Bright International Development Limited* e 30% a Wu Yang. Nesta empresa estão alistados como directores: Lo Fong, Veronica Fung e Wu Yang. Para além disso, foi a primeira empresa a investir fora da China. Mais tarde, *Beiya* alterou-lhe o nome para *Dayuan International Development Limited (Dayuan)*.

No início de 2004, *Dayuan* formou a primeira *joint-venture* com a Escom, uma empresa criada por Hélder Bataglia e pelo Grupo Espírito Santo, em 1993. A Escom optou por estabelecer uma estratégia de parcerias e servir de elo de ligação entre grandes grupos internacionais e parceiros locais. Neste contexto, surgiu a mencionada *joint-venture*, que se designou de *China Beiya Escom International Limited*. Esta subdividiu-se em 60% para

Dayuan e 40% para a Escom, que incluem Lo Fong, Wu Yang e Bataglia na sua direcção (Levkowitz et al., 2009). Este último, terá sido o primeiro a idealizar e a avançar para o relacionamento com Angola. Esta *joint-venture* sino-angolana tornou-se um veículo de investimento em África e na América Latina.

Em Junho de 2004, foi criada uma nova *joint-venture* entre a *China Beiya Escom International Limited* e a *Sonangol*, denominada *Sonangol Asian Limited*, em que 60% correspondia à *China Beiya Escom International Limited* e 40% à *Sonangol*. Tinha como directores Lo Fong, Wu Yang e Manuel Vicente, marcando, assim, o ponto de entrada do consórcio de empresas chinesas em Angola (Levkowitz et al., 2009). Como resultado, foram organizados os projectos maciços de energia e infra-estruturas referidos no capítulo anterior, através dos veículos de financiamento privado da CIFI e da China Sonangol.

3. ENTRADA NO SECTOR PETROLÍFERO ANGOLANO

Após o acordo da *China Eximbank* com o Governo angolano, a *Sinopec* fez uma jogada controversa para entrar no mercado, ao tentar adquirir o bloco petrolífero 18 (Vines et al., 2009). Apesar de a detentora do bloco ser a Shell, antes de decidir retirar-se, acordou a sua venda para uma empresa estatal indiana. No entanto, a *joint-venture Sonangol Sinopec International (SSI)* criada pelas empresas *Dayuan* (31,5%), *CSIH* (13,5%) e *Sinopec* (55%), acabou por ficar com o bloco. Eduardo dos Santos recusou o convite para visitar Nova Deli, na Índia, o que gerou alguma contestação. A SSI foge à definição clássica de uma companhia nacional de petróleo, curiosamente é referida no relatório de 2007 do Ministério do Petróleo de Angola como “companhia petrolífera privada” (Vines et al., 2009). Contudo, é de notar que a *Sinopec* é das poucas empresas públicas que conseguiu ser incluída nesta rede de negócios.

Manuel Vicente²² formou uma *joint-venture* com empresas chinesas, a designada *China Sonangol*, que foi referida no capítulo antecedente. Os quatro directores são Lo Fong, Veronica Fung, Wu Yang e Manuel Vicente. A SSI, a *China Sonangol* e a *Sinopec* estão envolvidas na exploração e produção dos blocos petrolíferos em Angola. Em 2006, a SSI foi escolhida para parceira de Angola na construção de uma nova refinaria, chamada Sonaref, no Lobito. Todavia, as negociações desmoronaram-se devido a um desacordo entre a *Sonangol* e

²² Presidente da petrolífera angolana – Sonangol

a *Sinopec*, relativamente aos mercados designados para reaver os produtos refinados de petróleo, dos quais a China pretendia 80% para o seu mercado de exportação. As autoridades angolanas manifestaram o seu desagrado quanto à probabilidade de a instalação ter apenas como objectivo a satisfação do mercado chinês, bem como a relutância em prender-se a contratos de fornecimento a longo prazo. Angola, apesar de tudo, quer multiplicar os parceiros estratégicos, de modo a não ficar “acorrentada” à China. Face esta posição, a SSI não ficou mais envolvida no projecto. Mais tarde, em 2008, foi anunciado que a Sonangol contratou a uma empresa americana (a KBR). Acrescentemos, ainda, que a SSI se ofereceu para renunciar a participação dos blocos 15, 16 e 18, que eram recém-adquiridos.

4. DIFICULDADES DAS EMPRESAS CHINESAS

A partir de 2007, as empresas chinesas começaram a deparar-se com vários obstáculos: alguns acordos fracassaram e os projectos diminuíram. Por exemplo, em 2009, a *Marathon Oil Corporation* recusou a aquisição de um bloco petrolífero por parte da *Sinopec*, sendo este adquirido pela *Sonangol*, o que indicia que a *Sonangol* se recusa a conceder as maiores participações estrangeiras. Deste modo, está patente que subsiste um esforço das autoridades angolanas para tentar desanexar os empréstimos chineses da expansão dos interesses da *Sinopec*, referentes ao sector petrolífero.

Neste contexto, podemos questionar-nos: se estes casos devem ser vistos como contrariedades momentâneas e acontecimentos isolados ou a emergência de uma relação mais conflitual? A resposta permanece incerta. Porém, desde então, as relações esfriaram. Angola aposta na diversificação dos seus parceiros económicos, com o intuito de evitar a sujeição a um deles, mas também como forma de maximizar o seu poder negocial no âmbito bilateral. Talvez por isso e devido ao facto da economia angolana ter necessidade de financiamento externo, tenha chegado a acordo com o FMI, em Novembro de 2009, para a concessão de um crédito, no valor de 1,4 mil milhões de dólares. Este acordo, denominado “*stand-by*”, é considerado o maior financiamento do FMI, nos últimos tempos, a um país da África Subsaariana. Permite, indirectamente, que Angola assuma outra postura em relação às condições dos investimentos chineses, exigindo mais contrapartidas. Se, até aqui, as linhas de crédito chinesas têm sido uma “solução rápida” para Angola resistir às pressões das instituições financeiras ocidentais, em matéria de transparência das contas públicas, a reaproximação à assistência técnica do FMI pode significar um novo rumo. Para o FMI, a concessão deste financiamento marca uma nova era nas relações entre a instituição e o Governo angolano que, há dois anos e meio,

decidiu cancelar, unilateralmente, as negociações. Finalmente, é possível dizer que Angola já terá, porventura, superado o estado de necessidade que motivou o pedido de socorro ao FMI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por entre os incontáveis relacionamentos que se estabelecem na rede que tentámos sondar, existem fluxos de conhecimento entre os vários actores que o interpretam, transformam e adoptam às suas necessidades. A estratégia chinesa neste contexto acaba por ser aquela que o intrincado sistema de relacionamentos entre os diversos intervenientes lhe impôs. A China ingressa em Angola com contratos bem premeditadas que lhes permite maximizar os benefícios, contudo, tal como Paul Krugman afirmou: *«os contratos na China são meras sugestões, possibilitando uma boa base de partida para o relacionamento futuro»* (EXAME, 2010). O objectivo central chinês parece estar vocacionado para a redução do risco na aquisição de matérias-primas e, simultaneamente, para cobertura das suas necessidades, por via de garantias de empresas de fornecimento e de ligações *joint-venture*. Assim, não é claro que Angola tenha uma estratégia para lidar com miríade de actores, originando uma abordagem mais fragmentada, que pode enfraquecer a sua posição de negociação. A médio prazo, a estratégia chinesa parece resultar, mas nota-se uma tensão crescente entre ambas as partes.

CONCLUSÃO

Embora focando o caso angolano, a presente dissertação assinalou a ascensão gradual da China no continente africano. No decorrer dos anos, comportou uma série de alterações. Até aos anos 1970, as relações da RPC com os países africanos e outros países subdesenvolvidos, quase não tinham conteúdo económico, apenas ideológico. Mas, com a crescente participação na economia mundial, a influência da China venceu a proeminência desta perspectiva, que ainda hoje prevalece. É neste contexto que procurámos responder aos pressupostos assumidos no começo e posteriormente desbravar novas questões.

Esta potência emergente tem vindo a substituir, progressivamente, o papel que os EUA e a Europa tinham no comércio e na cooperação com os países africanos, nomeadamente com os maiores produtores de matéria-prima, entre eles, Angola. A RPC despertou como o grande impulsionador do processo de desenvolvimento pós-guerra de Angola, que apesar de ter um poder funcional considerável, bem demonstrado na sua economia dinâmica nos anos 2000, apresenta factores condicionantes que criam assimetrias e impedem a sua evolução sustentada: a independência tardia (cerca de 14/15 anos depois da independência dos países vizinhos); a existência de três movimentos de libertação durante a Guerra Civil (1975 – 2002), que originaram inconstâncias políticas; apenas dois decisores políticos - o Presidente da República e o MPLA - que controlam todos os sectores estratégicos da economia, e, por último, a excessiva dependência da economia mineral, principalmente do petróleo.

Angola não se mostrou sigilosa quanto aos seus esforços para diversificar a sua carteira de investidores²³. Provavelmente porque há uma certa relutância na entrada do modelo chinês. As empresas chinesas são utilizadas como meio da política externa. Como resultado, têm surgido algumas críticas (referidas no capítulo V e VI).

- Em relação ao sector de construção, os projectos ainda sofrem constantes atrasos e os materiais de construção são baratos e de fraca qualidade, embora a tendência seja para melhorar. A excessiva utilização de mão-de-obra chinesa, está a gerar aumentos de desemprego e a própria construção de infra-estruturas, acaba por ser mais rápida do

²³ Foi assinado um memorando de entendimento que estabelece a comissão bilateral entre Angola e os EUA, e permite dar continuidade ao dinamismo e acutilância do relacionamento (Jornal de Angola: 10 de Julho 2010)

que a formação de recursos humanos de Angola, pondo em causa a capacidade de manter os projectos uma vez concluídos. Se por um lado, a presença chinesa no sector de construção angolano é importante, por outro, está longe de representar a diversificação económica do país. É fundamental que a comunidade angolana identifique os nichos estratégicos e reveja as condições com que as empresas chinesas entram neste mercado, a fim de explorar os desenvolvimentos das empresas locais, enquanto têm como mais-valia a posse de recursos naturais. Ao contrário da China que é apoiada por uma economia forte e poder político com capacidade de iniciativa estratégica, Angola, dado os problemas estruturais de que ainda padece, está muito limitada no seu desenvolvimento.

- Ao mesmo tempo, constatou-se que o grande impulso por detrás do envolvimento chinês em Angola advém dos empréstimos dos bancos chineses. Por este motivo, começa-se a manifestar um desagrado face à excessiva dependência das autoridades angolanas relativamente aos créditos da China, receando-se a entrada de Angola num novo ciclo de endividamento. Por conseguinte, não só foram retomadas as negociações com o FMI como também, em alguns leilões de blocos petrolíferos, as empresas chinesas foram preteridas. Contudo, no cenário da crise actual, abre-se uma janela de oportunidades para as empresas chinesas, quando a *Sonangol* colocar em licitação os blocos petrolíferos de águas profundas para 2011, segundo a especialista em relações China/África Ana Alves: *«este contexto [de crise] favorece a estratégia de expansão da Sinopec. Primeiro porque as grandes companhias petrolíferas, maioritariamente ocidentais, estão a desfazer-se de activos, e em segundo lugar porque, sendo uma companhia pública sobre a alçada do Governo chinês, a Sinopec tem acesso a recursos financeiros quase ilimitados»* (Jornal de Negócios: 27 de Setembro 2010). As expectativas de Pequim revelam-se elevadas, a concorrência está fragilizada, o que permite vislumbrar um novo impulso nas relações entre *Sinopec* e *Sonangol*. Todavia, para a estratégia angolana, não deixa de ser imprescindível que continue a centrar-se numa descentralização económica do sector petrolífero, apostando noutros sectores (Esteves, 2008: 184). Para além de que existe uma necessidade de prestar atenção às pessoas, tal como Krugman aconselhou: *«o petróleo acaba e ficam as pessoas, que são o principal recurso do país»* (EXAME, 2010).

- No decurso deste trabalho também foram identificadas relações muito variadas, devido à multiplicidade de ministérios, departamentos governamentais, empresas e actores envolvidos na formulação da política externa chinesa, que revelam a promiscuidade dos interesses dos chineses face ao regime vigente, colocando-os numa posição de susceptibilidade de enfraquecimento do princípio de “não interferência” (Alden e Alves, 2009). O modo de gerir esta dinâmica emergente é um dos desafios que a China enfrenta. Está a tornar-se cada vez mais difícil manter a capacidade e a conveniência de se agarrar à sua posição de “não intervenção” nos assuntos internos dos países africanos, conforme Alden (2007: 123): *«os seus próprios interesses estabelecidos estão sujeitos a influências e desafios por parte de todos os sectores da sociedade civil africana»*. O relacionamento da China com Angola depende, em parte, da política em África - se esta converge ou diverge dos interesses substanciais do continente.

Com base no que é referido acima, seria pertinente averiguar adicionalmente:

1. A capacidade dos angolanos para conservar, no longo prazo, os projectos de infra-estruturas concluídos;
2. Se a parceria entre os dois países está efectivamente a abrir caminho a uma diversificação da economia angolana, ainda que limitada;
3. Se existirá (ou não) necessidade de uma intervenção política por parte da RPC em Angola e se esta conseguirá manter a sua política de “não interferência” imutável no futuro.
4. As posições (chinesas e angolanas) após serem anunciados os resultados das novas licitações dos blocos petrolíferos;

Algumas destas preocupações importunam os países ocidentais. A China faz uso do seu dinamismo comercial e da sua capacidade económico-financeira como instrumento de política externa, a fim de ampliar e diversificar a sua influência em África. Com esta política a globalização está a ser dissociada da ocidentalização. Grande parte da literatura europeia e norte-americana considera que a China deve ser vista como uma “invasora” em África. Sobre esta questão, os angolanos vêem as suas opiniões constantemente esquecidas. Só as críticas da presença chinesa são tidas em conta. E apesar de a China assumir, por vezes, atitudes incorrectas como o desrespeito pelas regras democráticas e pelos direitos humanos, sabe-se

que a estratégia chinesa começa a registar algumas mudanças²⁴, embora modestas e que são, em grande parte, consequência da exposição ao escrutínio internacional.

É admissível que no cômputo geral o relacionamento bilateral desenvolva-se nos dois sentidos, ainda que não seja equitativo. Em termos de trocas comerciais a China mantém uma parcela superior, conquanto ambos os países estão interessados numa parceria futura eficiente, que permita retirar benefícios. A cooperação económica e comercial entre os dois países é definida pela frente política, continuamente, como muito satisfatória. Porém, as preocupações a longo prazo, revelam que a cooperação pode e deve ser aprofundada. «*Alargando a extensão dos investimentos, aumentando as áreas de cooperação e estabelecendo um mecanismo de trabalho que compense esse tipo de investimento*», mencionou o vice-ministro do Comércio da China, Chen Jian (Jornal de Angola: 09 de Julho de 2010).

Por sua vez, devemos interpretar que a cooperação internacional, quer no que toca a relações bilaterais quer multilaterais, é decisiva para Angola, como meio de garantir a estabilidade do país (através da diminuição da vulnerabilidade a choques externos) e proteger os seus interesses económicos e estratégicos. Assim, propõe-se ao Governo angolano, um compromisso firme para poder beneficiar do seu apoio, solucionando questões como a democracia, a actividade empresarial e a melhoria de infra-estruturas. Todavia, o desenvolvimento do país deve ser baseado nas suas próprias condições. Wen Jiabao referiu: «*na análise final, o desenvolvimento de um país depende dos esforços do seu próprio povo*» (The China Monitor, 2009C). A comunidade internacional deve ajudar a Angola, mas não deve impor os seus métodos ou ideias sobre o país africano, sejam eles ocidentais ou chineses. Por outro lado, Angola não se pode dar ao luxo de ficar para trás na nova fase da globalização: na maturação da cooperação Sul – Sul, de que a China é líder. Os líderes angolanos devem ser proactivos e aproveitar as oportunidades concedidas.

Embora as preocupações em redor do relacionamento se apresentem numa escala impetuosa, a verdade é que a China em Angola é uma realidade que veio para ficar. O futuro permanece incerto, mas não existem dúvidas de que os chineses terão, como sempre, uma enorme disposição para corrigir os seus problemas. Segundo o economista Harry Broadman, as

²⁴ Na última assembleia FOCAC (2009), foram estabelecidas medidas de cooperação estratégica que visam a transferência de tecnologia para os países africanos, combate às alterações climáticas e uma maior responsabilidade social das empresas chinesas.

empresas chinesas podem ajudar os países africanos a atingir as cadeias de valor global, dando-lhes uma oportunidade para aumentar o volume, a diversidade e o valor das suas exportações (Hanson, Junho 2008). Para além de que a China parece ser o único parceiro que tem liquidez suficiente para apoiar o projecto de reconstrução nacional angolano. Contudo, se tivermos em consideração as licitações de Hirschman e se, porventura, um dia, as Nações Unidas considerarem que a China influencia negativamente os países africanos, existe a possibilidade de o relacionamento esmorecer ao longo do tempo. O Embaixador de Angola em Portugal – Marcos Barrica – mencionou, a este respeito, que caso acontecesse «*Angola demarcar-se-á da parceria. Mas, actualmente, não sucedendo esta questão, não vejo porque não apostar na aliança estratégica e económica com a China e outros países*»²⁵.

²⁵ Seminário “Papel da Cooperação Internacional no Desenvolvimento de Angola”, 18 de Maio de 2010 no Instituto Superior de Economia e Gestão.

GLOSSÁRIO

ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BM	Banco Mundial
CCB	<i>China Construction Bank</i>
CDB	<i>China Development Bank</i>
CEAC	Comunidade da África Central
CICM	<i>China Infrastructure Capital Management</i>
CIFL	<i>China International Fund Limited</i>
CITIC	<i>China International Trust and Investment Company</i>
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
COCAN	Campeonato de Futebol das Nações Africanas
CRBC	<i>China Road and Bridge Corporation</i>
CSIH	<i>China Sonangol International Holdings Limited</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional da Libertação de Angola
FOCAC	<i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
MINFIN	Ministério das Finanças de Angola
MOFCOM	<i>Ministry of Commerce the People's Republic of China</i>
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República Democrática do Congo
RPC	República Popular da China
SADC	<i>Southern Africa Development Community</i>

SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SSI	<i>Sonangol Sinopec International</i>
UNITA	União para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zonas Económicas Especiais

BIBLIOGRAFIA

ACIOLY, Luciana, ALVES, Maria, LEÃO, Rodrigo (2007), “A Internacionalização das Empresas Chinesas”, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, pp. 2- 23.

ADAMS, F. Gerard (2009), “Will Economic Recovery Drive up World Oil Prices?”, *World Economics*, Vol. 10, Nº 2, April – Jun.

ALDEN, Chris, (2007), *China in Africa*, International African Institute, Zed Books, Ltd., London.

ALDEN, Chris e ALVES, Ana (2009), “China and Africa’s Natural Resources: The challenges and implications for development and governance”, Governance of Africa’s Resource Programmer, Nº 41.

ALVES, André (2010), “Os interesses económicos da China em África”, *Boletim de Economia e Política Internacional*, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, Nº 1, Janeiro – Março, pp. 25 – 32.

ALVES, Duarte, (2007) “A Presença Chinesa em África: o caso de Angola”, *Negócios Estrangeiros*, Nº10, pp. 56 -71.

ARRIGHI, Giovanni (2008), *Adam Smith em Pequim*, Boitempo Editorial.

BHAGWATI, Jagdish (2004), *In Defense of Globalization*, Council on Foreign Relations Book, Oxford.

BRAUTIGAM, Deborah (2008), “China’s African Aid – Transatlantic Challenges”, German Marshall Fund of the United States, International Development Program, Washington, DC.

BRITO, Carlos, (1993) Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, working-paper nº38

CARMODY, P., OWUSU, F. (2007) “Competition Hegemons? Chinese versus American Geo-Economic Strategies in Africa”, *Political Geography*, pp. 504 – 524.

CHEN, Chuan, CHIU, Pi-Chu, J-ORR, Ryan, and GOLDSTEIN, Andrea (2007), “An Empirical Analysis of Chinese Construction Firm’s entry into Africa”, International Symposium on Advancement of Construction Management and Real Estate (CRIOCM), August, Sydney.

CORKIN, Lucy (2007) “China’s contribution to the development of African infrastructure through investment in the extractive industries”, *Afrodad Occasional Papers*, Vol. 8, December, pp. 1 – 6, Zimbabwe.

CORKIN, Lucy (2008) “China’s interest in Angola’s construction and infrastructure sectors”, *Nairobi, Oxford and Bangkok: Fahamu and Focus on the Global South*, edited by Dorothy-Grace Guerrero and Firoze Manji, pp. 157 – 190.

DPP - DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2007/08), “O Reino da Energia em 2050” e “A emergência da China enquanto grande actor nos mercados petrolíferos”, Lisboa.

ESTEVES, Dilma (2008), *Relações de Cooperação China - África: o caso de Angola*, Almedina, Coimbra.

FERREIRA, Manuel Ennes (2005), “Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola”, *Relações Internacionais*, Vol. 6, Junho.

FOSTER, Vivien, BUTTERFIELD, William, CHEN, Chuan, PUSHAK, Nataliya (2009), “China’s Growing role as infrastructure financier for sub-Saharan Africa”, The World Bank, Trends and Policy options, N° 5.

GAVE, Louis – Vincent (2009), “How China Got Here - & Where is China Heading?”, *Gavekal Research*, August.

GILL, Bates and REILLY, James (2007) “The Tenuous Hold of China Inc. in Africa”, The Centre for Strategic and International Studies and the Massachusetts Institute of Technology, Washington, pp. 37 – 52.

GILPIN, Robert (2000), *The Challenge of Global Capitalism, The World Economy in the 21st Century*, Princeton University Press, Princeton.

HANSON, Stephanie (2008), “China, Africa and Oil”, Council on Foreign Relations, June.

HANSON, Stephanie (2008), “Angola’s Political and Economic Development”, Council on Foreign Relations, July.

HELMUT, Asche, MARGOT, Schuller (2008), “China’s Engagement in Africa – Opportunities and Risks for Development”, GTZ, African Department, Economic Affairs.

HELMUT, Asche (2008) “China in Africa: Who benefits?”, *Journal of Current Chinese Affairs*, GIGA, Germany, pp. 165 – 180.

HENLEY, John, KRATZCH, Stefan, KULUR, Mithat and TANDOGAN, Tamer (2008), “Foreign Direct Investment from China, India and South Africa in Sub-Saharan Africa: A new or old phenomenon?”, *Economic Research* N° 2008/24, United Nations University – World Institute for Development, March.

HIRSCHMAN, Albert O. (1980), *National Power and the Structure of Foreign Trade*, University of California Press (Original 1945).

KAPLINSKY, Raphael, MCCORMICK, Dorothy and MORRIS, Mike (2007), “The impact of China on sub-Saharan Africa”, Institute of Development Studies, November, working paper.

KAPLINSKY, Raphael, MCCORMICK, Dorothy and MORRIS, Mike (2008), “China and Sub Saharan Africa: impacts and challenges of a growing relationship”, SAIS, working paper in African Studies Program, Washington, DC.

LITVIN, Daniel (2009), “Oil, Gas and International Insecurity: Tackling a Self-fuelling Fire”, Energy, Environment and Development Programmer.

LEVKOWITZ, Lee, ROSS, Marta, WARNER, J.R (2009), “The 88 Queensway Group – A case study in Chinese investors ‘Operations in Angola and Beyond”, *U.S – China Economic & Security Review Commission*, July.

MATEUS, Augusto (2008), “O Modelo Exportador na Crise Mundial”, CEPREDE, Augusto Mateus & Associados.

MARAFI, Lawal Mohammed (2009), “Africa’s business and development relationship with China”, *Nordiska Afrikainstitutet*, Uppsalla Vol. 44.

PATTON, Dominique (2008) “Africa at large: China eyes idle farmland in continent”, *Business Daily*.

REISEN, Helmut and NDOYE, Sokhna (2008), “Prudent versus Imprudent Lending to Africa: From debt relief to emerging lenders”, OECD Development Centre, N° 268, February, working paper, pp.34 – 40.

ROCHA, John (2007) “A new frontier in the exploitation of Africa’s natural resources: the emergence of China”, *Pambazuka*, pp.15 -35.

SCHIMTT, Gerald (2007) “Is the Africa turning east?”, *GTZ*, Economic Section of the Africa Department of German Technical Cooperation, October.

SILVA, Joaquim Ramos (1999), “Trade Between asymmetrical democratic countries”, *Journal of Economic Studies*, Vol. 26 No. 4/5, pp. 412-426.

SILVA, Joaquim Ramos (2002), *Estados e Empresas na economia mundial*, Editora Vulgata, Lisboa.

SILVA, Joaquim Ramos, CECHELLA, Cristiano, DENTINHO, Tomaz (2009), “Explaining Trade and FDI Relationships in a Gravitational Model”, *Studies In Regional Science*, Vol.39, Nº1, August pp. 43 – 45.

SUKUP, Viktor (2002) “A China frente à globalização: desafios e oportunidades”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 82-113.

TAYLOR, Ian (2007) “Unpacking China’s resource diplomacy in Africa”, *Centre on China’s transnational relations*, The Hong Kong University of Science and Technology, Nº 19, working paper.

THE CHINA MONITOR (2006), “China’s interest and activity in Africa’s construction and infrastructure sectors”, Centre for Chinese Studies, November, pp. 9 – 31.

THE CHINA MONITOR (2007), “China’s Engagement of Africa: Preliminary Scoping of African Case Studies”, Centre for Chinese Studies, November, pp. 17 – 46.

THE CHINA MONITOR (2009A), “China’s involvement in Angola: Mutually beneficial commercial pragmatism”, Centre for Chinese Studies, Vol. 38, March, pp. 4 – 6.

THE CHINA MONITOR (2009B), “China & Africa: Weathering the Global Financial Crisis”, Centre for Chinese Studies, Vol. 41, June.

THE CHINA MONITOR (2009C), “FOCAC IV: New Directions in China-Africa relations”, Centre for Chinese Studies, Vol. 46, November.

TULL, Denis M. (2008) “China in Africa: European perceptions and responses to the Chinese challenge”, SAIS, working paper in African Studies Program, Washington, DC.

VINES, Alex, CAMPO, Indira (2008), “Angola and China: A pragmatic partnership”, Chatham house, Centre for Strategic International Studies, March, working paper.

VINES, Alex, WONG, Lillian, WEIMER, Markus, CAMPO, Indira (2009), “Thirst for African Oil Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola”, Chatham house, pp. 29 – 64.

WANG, Jian-Ye (2007), “What drives China’s growing role in Africa”, International Monetary Fund, October, working paper 07/211.

WILSON, Dominic, KELSTON, Alex L., AHMED, Swarnali (2010), “BRICs Monthly”, Goldman Sachs Global Economics, Commodities and Strategy Research, May, No. 10/03, pp. 1 – 4.

ZECCHINI, Stefano (1996), “The Governance of a Globalising World Economy”, *Rivista di Politica Economica*, Ano LXXXVI, 3ª Série, nº VI, Junho, pp. 49-70.

ZHANG, Hong-Ming “A Política Chinesa na África”, organizado por Beluce Bellucci, CEAA, Rio de Janeiro.

FONTES DE IMPRENSA PERIÓDICA:

AGÊNCIA LUSA

BPI (2010), Estudos Económicos e Financeiros – Angola

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DOING BUSINESS ANGOLA (2010), IFC

ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA (2009), “Economic report on Africa”

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, “World investment prospects to 2011”, *the Economist*, pp. 128 -129

ESPÍRITO SANTO, Research (2010), “Angola Economic Outlook”

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2006), “Angola: towards an energy strategy”, pp. 87 - 140

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2009), “Key World Energy Statistics”

JORNAL ANGOLA

JORNAL NEGÓCIOS

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (2009), “World Oil Outlook”

REVISTA, SONANGOL até 2009

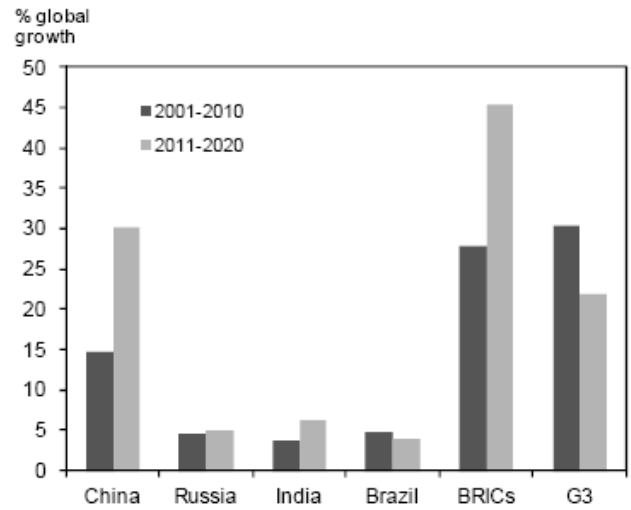
EXAME (2010), “China – Angola: Casamento Perfeito?”, Julho/Agosto, Nº7

THE WORLD BANK (2007), “Angola – Oil, Broad – based Growth and Equity”

ANEXOS

ANEXO I

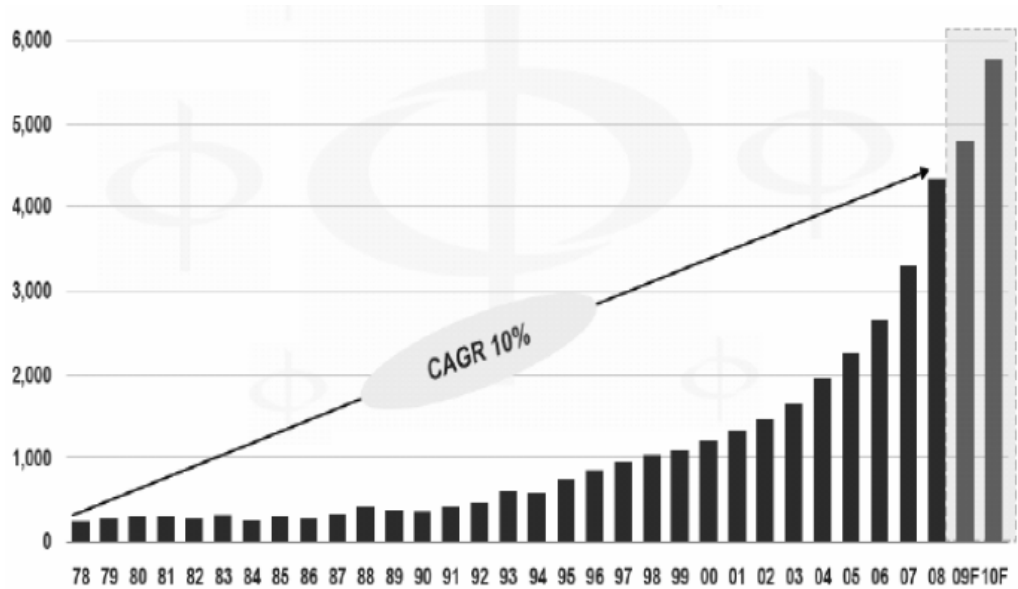
BRICS VÃO CONTRIBUIR MAIS PARA O CRESCIMENTO GLOBAL, COMO O G3 NA PRÓXIMA DÉCADA



Fonte: *Wilson et al. (2010)*

ANEXO II

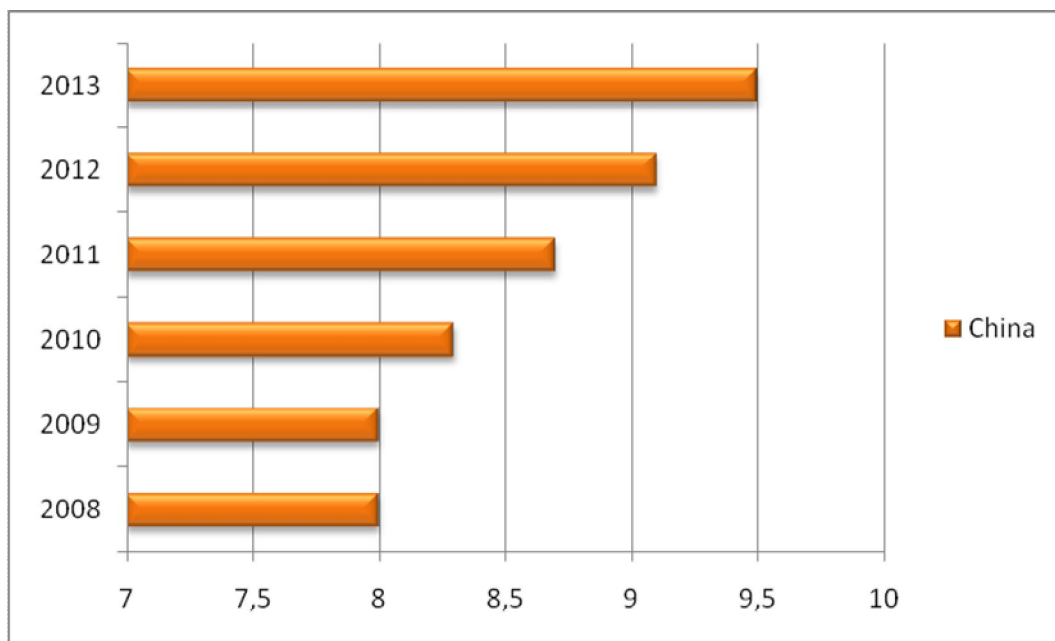
CHINA: PIB NOMINAL (USD, milhares de milhões)
1978 – 2010P



Fonte: *Gave (2009)*

ANEXO III

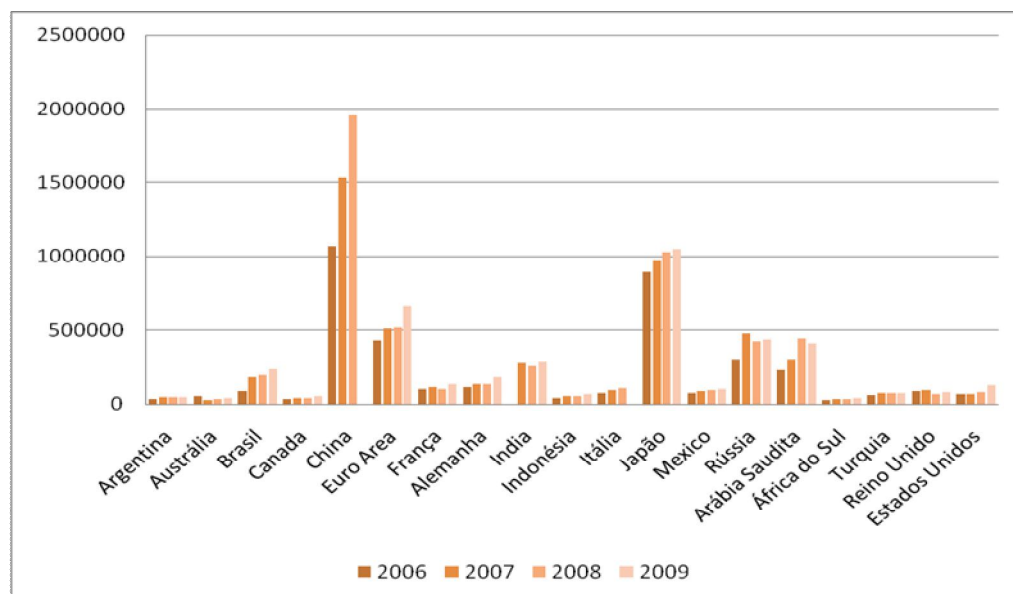
CHINA: CRESCIMENTO ANUAL DA PROCURA DE PETRÓLEO E PREVISÕES 2008 – 2013P



Fonte: *Organization of the Petroleum Exporting Countries - World Oil Outlook (2009)*

ANEXO IV

RESERVAS OFICIAIS BRUTAS (EM DÓLARES) 2006 – 2009



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da *International Monetary Fund*

ANEXO V
CHINA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
2005 – 2010



Fonte: Espírito Santo Research (2010)

ANEXO VI
ANGOLA: DADOS ESTATÍSTICOS
2003 – 2010P

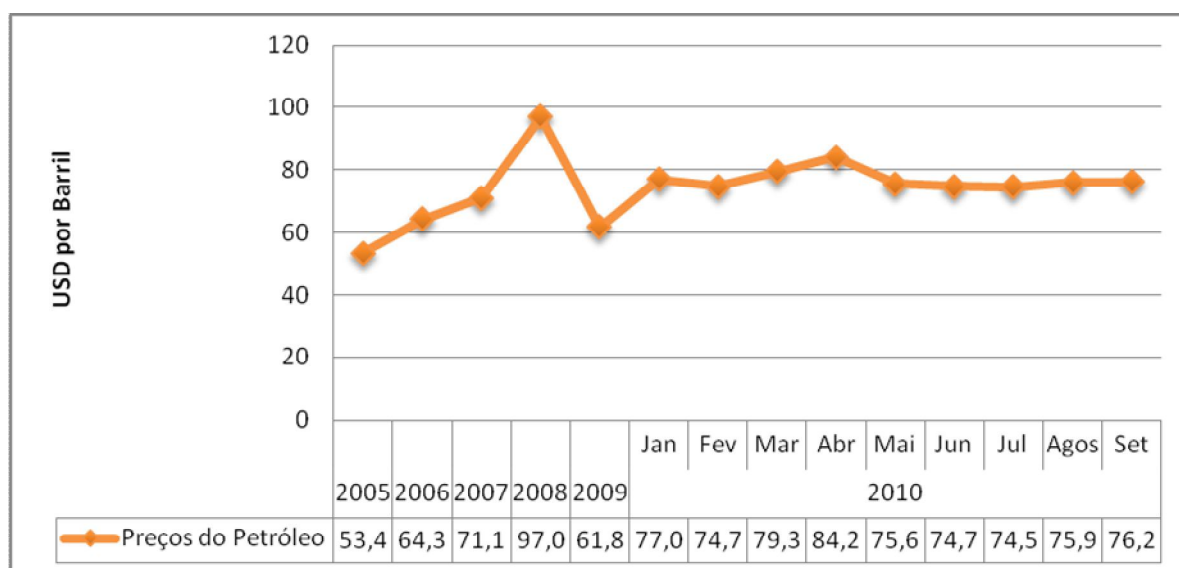
ANGOLA	2003 (Est.)	2004 (Est.)	2005 (Est.)	2006 (Est.)	2007 (Est.)	2008 (Est.)	2009 (P.)	2010 (P.)
População (Milhões)	14,5	15,0	15,4	15,9	16,3	16,8	17,3	17,8
SECTOR REAL								
PIB a preços correntes de mercado (milhões de Kz)	1.041.2	1.652.0	2.669.9	3.629.7	4.545.9	6.373.7	5.540.1	7.493.6
Taxa de crescimento real (preços do ano anterior) – Previsão FMI	3,3	11,2	20,6	18,6	20,3	13,2	0,2	9,3
Sector petrolífero	-2,2	13,1	26,0	13,1	22,3	13,0	-0,5	7,8
Sector não petrolífero	10,3	9,0	14,1	25,7	20,1	14,8	8,2	11,4
Composição do PIB (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
Agricultura, Silvicultura e Pescas	8,3	8,6	7,2	7,3	7,7	8,2	11,4	-
Petróleo e Gás	54,2	54,7	62,9	55,7	55,8	58,3	42,3	-
Diamantes	5,7	5,2	4,3	2,3	1,8	1,2	1,0	-
Indústria transformadora	3,9	4,0	3,6	4,8	5,3	6,6	7,2	-
Energia eléctrica	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	-
Construção	3,6	3,8	3,2	4,3	4,9	4,4	7,6	-
Serviços Mercantis	15,9	15,9	12,4	16,8	16,9	15,3	22,0	-
Serviços não Transaccionáveis	8,3	7,7	6,3	8,7	7,5	5,9	8,4	-
Inflação								
Taxa média anual (%) – Previsão BNA	98,3	43,6	23,0	12,2	11,8	13,2	13,99	15,4
SECTOR EXTERNO								
Exportações (USD milhões)	9.713	13.761	24.291	33.334	44.684	64.218	36.318	49.034
Importações (USD milhões)	8.806	10.633	15.132	16.306	26.313	43.152	28.511	37.982
Saldo da Balança Corrente (% do PIB)	-5,2	3,5	16,8	25,2	15,9	7,5	-3,4	2,2
Dívida externa								
Dívida externa (em % PIB)	73,1	54,5	39,9	20,3	16,3	13,5	14,4	-
Serviço da dívida externa (em % de exportações de bens e serviços não - factoriais)	23,7	16,5	10,9	8,7	4,5	3,6	4,2	-
Taxas de câmbio médias (Kz/USD)								
Oficial (média anual)	74,60	83,44	87,16	80,37	77,1	75,2	78,0	80,0
SECTOR MONETARIO								
Taxas de juro (%)								
Taxa de desconto do banco central (%)	150,0	95,0	95,0	14,0	19,6	19,6	30,0	25,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da *MINFIN*, *FMI*, *BNA*, *BPI*, *Espírito Santo* e *relatório anual conjunto de República de Angola e Comunidade Europeia*

ANEXO VII

PREÇOS DO PETRÓLEO

2005 – 2010

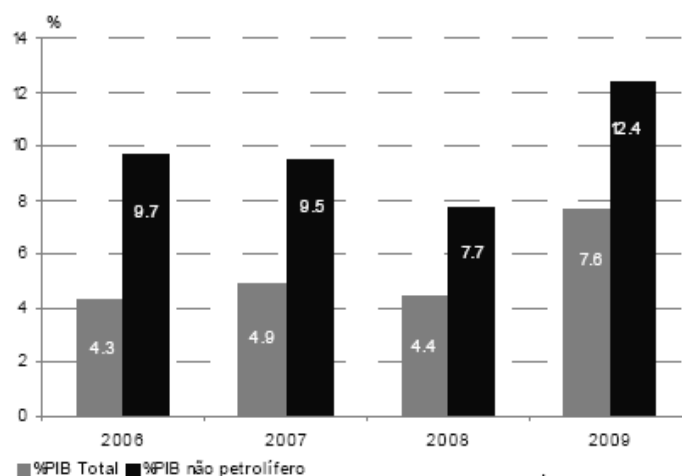


Fonte: Elaborado pelo autor com base no data-set da *International Monetary Fund*

ANEXO VIII

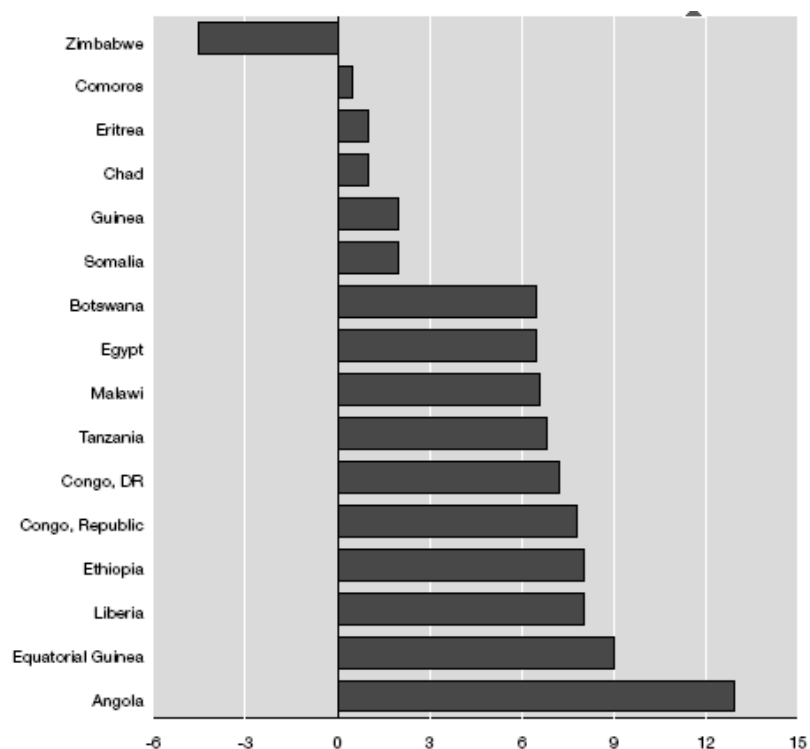
ANGOLA: PESO DO SECTOR DE CONSTRUÇÃO NO PIB

2006 – 2009



Fonte: BPI (2010)

ANEXO IX
PERFORMANCES SUPERIORES E INFERIORES DE ÁFRICA, EM 2008
(CRESCIMENTO ANUAL %)



Fonte: *Economic Commission for Africa*, p. 66

ANEXO X
ANGOLA: EVOLUÇÃO MENSAL DAS RESERVAS CAMBIAIS
2008 – 2009



Fonte: BPI (2010)

ANEXO XI

ANGOLA: RANKING NA CAPACIDADE DE FAZER NEGÓCIOS (2010) *

RANK	DOING BUSINESS 2010
Ease of Doing Business	169
Starting a Business	165
Dealing with Construction Permits	123
Employing Workers	178
Registering Property	173
Getting Credit	87
Protecting Investors	57
Paying Taxes	139
Trading Across Borders	171
Enforcing Contracts	181
Closing a Business	144

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da *Doing Business (2010)*

*O conjunto de dados abrange 183 economias, incluindo África Subsaariana, América Latina, Europa do Leste e Ásia, bem como os 27 países da OCDE.

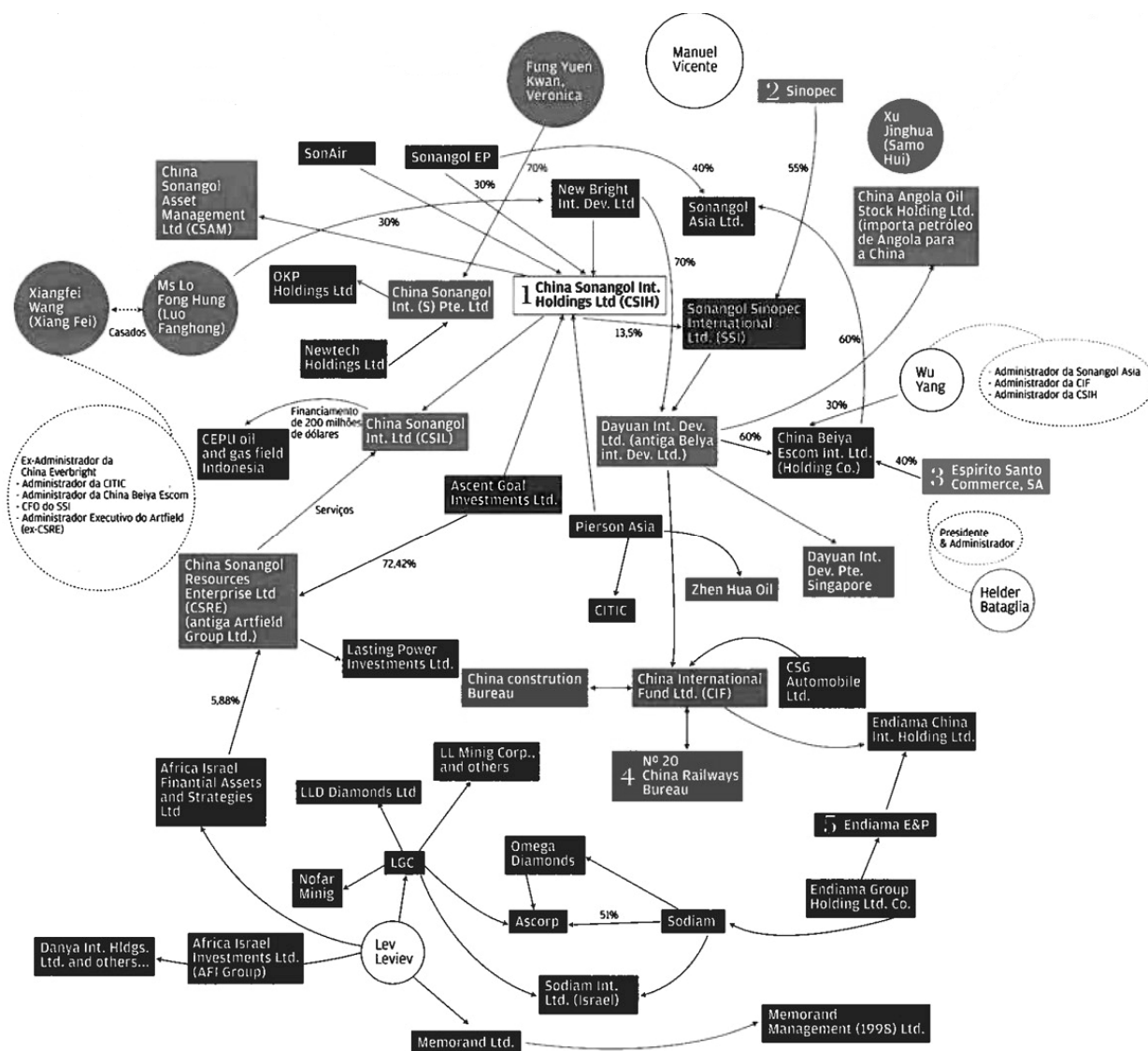
ANEXO XII

ALGUNS PROJECTOS SINO – ANGOLANOS CONCLUÍDOS ATÉ 2008

SECTOR	PROJECTO/CONTRATO	INICIO DO PROJECTO	FIM DO CONTRATO	SITUAÇÃO
MINTRANS	Apoio ao transporte rodoviário	Dez-04	Mai-05	Concluído
MINADER	Aquisição equip, máquinas e alfaias agrícolas	Jan-05	Jun-05	Concluído
	Aquisição de Equip. Agrícolas para a MECANAGRO	Set-05	Mai-06	Concluído
	Irrigação Caxito	Jul-05	Jan-07	Concluído
	Irrigação Gangelas	Jul-05	Jan-07	Concluído
	Irrigação Waco-Kungo	Jul-05	Jan-07	Concluído
	Irrigação Luena	Ago-05	Fev-07	Concluído
MINEA	Reconstrução da LT de 60 KV e Subestação de Quiquengondo – Mabubas	Dez-05	Mai-07	Concluído
	Construção da L.T. 220 KV Capanda – Luanda – Ndalatando	Nov-05	Mai-07	Concluído
	Reabilitação e Expansão da Rede Eléctrica de LDA – fase II	Jun-05	Jun-07	Concluído
	Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água de Caxito, Catete e Uíge	Nov-05	Abr-07	Concluído
	Construção de Subestações e LT 220 Viana – Luanda Sul – Caxito	Nov-05	Abr-07	Concluído
	Reforço do Sistema de Abastecimento de Água – Huambo	Nov-05	Fev-07	Concluído
	Construção da 3ª L.T. 220 K.V Cambambe -Luanda	Nov-05	Abr-07	Concluído
	Reabilitação do Sistema de Água de Luanda	Nov-05	Fev-07	Concluído
MINED	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Huambo	Out-05	Jan-07	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Bie	Out-05	Jan-07	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Késua	Mar-06	Mar-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Sumbe	Jun-07	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Médio Agrário no K.N	Jun-07	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Médio Agrário no K.S	Jun-07	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Sambizanga	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Cacuaco	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Caxito	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico em Viana	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e Apetrec. de 1 Inst. Politécnico em Benguela (Bairro da Graça)	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e Apetrec. de 1 Inst. Politécnico no Lobito (Bairro 27 de Março)	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 escola sec. em Viana-Luanda	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 escola sec. em Cacuaco-Luanda	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 escola sec. no Nova Vida-Luanda	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 escola sec. em ELA	Abr-05	Abr-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 esc. secundárias do I nível em Malange no Bairro Vila Maníde	Jul-06	Ago-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 esc. secundárias do II nível em Malange, no Bairro Cangambo	Jul-06	Ago-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 Inst. Politécnico na Huíla	Set-06	Out-07	Concluído
	Const. e apet. de 1 Escola Secundária na Huíla	Set-06	Out-07	Concluído
SAÚDE	Const. e apetreç. de 2 CS na Cangandala e Carneiros de Tiros-Malange	Ago-06	Jun-07	Concluído
	Const. e apetreç. de 1 HM em Cacuaco-Malange	Ago-06	Ago-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento 1 Centro de Saúde em Carneiros II no Huambo	Ago-06	Ago-07	Concluído
	Reabil. e Apetr. de 1 Centro de Saúde no Kwanza Norte (Dondo)	Set-06	Set-07	Concluído
	Reabil. e Apetr. de 1 Centro de Saúde no Kwanza Norte (Ndalatando)	Out-06	Out-07	Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento de 1 Hospital Municipal (Kwanza Sul)	Nov-06	Fev-08	Concluído
	Construção e Apetrechamento 1 HM no NEE	Nov-06	Fev-08	Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento de 1 Hospital Municipal (Kwanza Norte)	Nov-06	Fev-08	Concluído

Fonte: MINFIN

ANGOLA: LIGAÇÕES ENTRE EMPRESAS CHINESAS, INCLUINDO MINISTÉRIOS E ACTORES INDIVIDUAIS



Legenda:

- 1) **CSIH** funciona como o principal núcleo de cruzamento de participações entre China e Angola;
- 2) **SINOPEC** companhia chinesa cotada na bolsa. Em 2010, ocupa o 36º lugar das 500 maiores empresas do mundo (FT);
- 3) **ESCOM** detida 66% pelo Grupo Espírito Santo surge ligada à China Beiya Escom;
- 4) **CHINA RAILWAYS BUREAU** tem a seu cargo a reconstrução dos caminhos-de-ferro de Benguela;
- 5) **ENDIAMA** é uma das portas de entrada da China, dado que a CIFL tem ligações à Endiama China.